

"Memória e
Transformação
Social"

José Sérgio Leite Lopes

© PNCSA, 2016

Edição

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Organização

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Cynthia Carvalho Martins

Transcrição

Magno Cruz Filho

Capa

“Tatupeba”

Viagem Filosófica ao Rio Negro.

Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, 1785.

Design

Grace Stefany Coelho.

L864m Lopes, José Sérgio Leite

Memória e transformação social / José Sérgio Leite; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed. – Rio de Janeiro/ São Luís: Casa 8, 2016.

108 p.: il. color. ; 12x19 cm. (Aulas Inaugurais; n. 2)

ISBN

1. Memória. 2. Etnografia. 3. Conflito Social. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de, ed. II. Título. III. Série.

CDU 394:304

UEA - Edifício Professor
Samuel Benchimol
Rua Leonardo Malcher, 1728
Centro - Manaus, AM
Cep.: 69.010-170

E-mails:
pncaa.uea@gmail.com
pncaa.ufam@yahoo.com.br
www.novacartografiasocial.com
Fone: (92) 3878-4412
(92) 3232-8423

UEMA- Endereço: Largo
Cidade Universitária Paulo VI,
3801 - Tirirical, São Luís - MA,
65055-000
Fone:(98) 3244-0915

Sumário

- Apresentação 5
- Introdução
- “Memória e Transformação Social” 9
- Operárias e operários têxteis 20
- Comparando dos dois estudos: diferentes historicidades 22
- Procedimentos de pesquisa 25
- A hipótese da tradição transformadora 26
- A relação entre pesquisadores e pesquisados, a demanda por memória e patrimônio industrial e o filme tecido memórial 30
- Memorial do candidato José Sergio Leite Lopes 41
1. Pequena Introdução 41
 2. Da Economia para a Antropologia Social 42
 3. Projetos de Equipe e os Operários do Açúcar 50
 4. Tecelões, Vilas Operárias e a busca por uma Antropologia do Trabalho 70
 5. Futebol e Classes Populares 78
 6. Sociologia da sociologia do trabalho e Antropologia Pública 86
 7. A “Ambientalização” dos Conflitos Sociais 90
 8. O filme Tecido Memória 96
 9. Atividades Didáticas e Administrativas 104



COLEÇÃO AULAS INAUGURAIS: nota prévia do editor

Os critérios de composição desta Coleção atêm-se a propósitos absolutamente pedagógicos, privilegiando a trajetória acadêmica de autores cujos trabalhos tem sido objeto de interesse universitário, notadamente do corpo docente e discente do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA-UEMA). A despeito de algumas leituras conterem, circunstancialmente, complexas implicações teóricas, elas se enquadram nos objetivos didáticos visados. Mediante a concisão dos textos decidimos ampliar as informações alusivas às trajetórias acadêmicas, acrescentando em cada livro o Memorial do autor que proferiu a respectiva Aula Inaugural. Distante de qualquer pretensão bibliográfica e numa postura crítica a textos encomiásticos e às hagiografias, levamos em conta a reflexividade expressa nos próprios Memoriais, reforçando o relato de memórias vinculadas ao trabalho científico e interpretando-as como parte do esforço pedagógico em pauta. A qualidade da formação intelectual tende a ser aprimorada a partir deste contato direto com autores, discutindo e intercambiando proposições e experiências de pesquisa.

A explicitação dos critérios deste plano editorial articula-se com as demais iniciativas do PPGCSPA-UEMA de propiciar aos estudantes um conjunto completo de instrumentos de trabalho de pesquisa científica. As “Aulas Inaugurais” propiciarão, assim, materiais didáticos selecionados para uma sistematização das leituras introdutórias e básicas às ciências sociais, conjugados com um quadro de referência teórica integrativo e dinâmico, pela interação direta com autores.

APRESENTAÇÃO

A ideia de registrar e publicar as aulas inaugurais do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) tem uma relação com a possibilidade de expor o debate dos professores convidados de maneira a reforçar e orientar a modalidade de trabalhos a serem produzidos pelos discentes ao longo dos três anos de duração do curso.

O nascedouro da proposta de implantação do PPGCSPA está nos trabalhos de pesquisa em andamento desde 2005 no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e do Grupo de Estudos Socioeconômico da Amazônia (GESEA). Esses trabalhos, desenvolvidos com apoio da Fundação Ford, desencadearam um conjunto de publicações, participação de professores e pesquisadores em congressos e organizações de seminários nas universidades, cursos ministrados aos povos e comunidades tradicionais e na consequente consolidação e uma rede de pesquisadores de âmbito nacional e internacional. No ano de 2008, com a implantação do curso de especialização “Sociologia das Interpretações do Maranhão” a rede de pesquisadores e movimentos sociais se consolidou. Esse curso formou agentes sociais de diferentes movimentos sociais e filhos de quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores e indígenas e,

ao mesmo tempo possibilitou a construção de um projeto pedagógico que resultou em um amadurecimento para a montagem da proposta do PPGCSPA, incluindo a proposta intelectual do curso.

Atualmente o programa possui como Área de Concentração “Estado comunidade tradicional e territorialidade da Amazônia” e como linhas de pesquisa “Cartografia social, povos e comunidades tradicionais”; “territorialidades e movimentos sociais na Amazônia” e “Narrativa e memória e identidades coletivas na Amazônia”.

Para implantação do PPGCSPA realizou-se uma parceria entre a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e o departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), através do Programa de Pós em Ciência Política.

A aula inaugural do professor José Sérgio Leite Lopes, aqui transcrita, após revisão do autor, nos oferece a possibilidade em pensar as transformações dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, rompe com a distorção referente à separação entre os movimentos sociais urbano e rurais; de operários e camponeses, dinamizando as análises com a incorporação dos aspectos antropológicos. O autor da aula deixou de lado os seus escritos e, numa fala livre, nos trouxe uma vivida reflexão que atualiza as análises referentes aos movimentos sociais a partir de sua vasta experiência de acompanhamento do movimento operário e dos trabalhadores industriais e até mais

recentemente os movimentos que acionam o debate sobre meio ambiente e os grupos que reivindicam identidades próprias.

A aula do professor José Sérgio Leite Lopes, intitulada “Memória e Transformação Social” compôs um conjunto de atividades desenvolvidas no dia 07 de outubro de 2014, em São Luís, incluindo o lançamento do livro *História Social e Política de Pinheiro*, organizado pelo antropólogo Alfredo Wagner. O evento reuniu além de professores de diferentes universidades, alunos do PPGCSPA e ainda agentes sociais do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), do Centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU), da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), e do Museu Casa Branca, dentre representantes dos povos e comunidades tradicionais.

Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Cynthia Carvalho Martins
Coordenadoras do PPGCSPA



Memória e Transformação Social

José Sérgio Leite Lopes

Bom dia a todas e a todos, é com muita honra que venho aqui nessa segunda aula inaugural, do segundo semestre do ano desse programa de mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia. Gostaria inicialmente de dizer que estou aqui com a boa energia que me envolveu a primeira parte da solenidade, proveniente das apresentações do bloco Afro Akomabu, tão ricas em elementos culturais e políticos; e também pelo Canto das 3 Raças e Canto do Trabalhador que ouvimos há pouco.

O ideal seria ter nos juntado e eu conseguir transmitir como os cantadores, através de canções. Essa maneira de transmitir de forma artística com elementos políticos pode ser mais interessante que uma aula, mas o formato que se espera de uma aula é outro. Enfim, fazemos parte dessa instituição universitária que estamos representando: com essa mesa que está aqui formada. A maneira como apresentamos a aula reflete um certo desencantamento do mundo, mas vamos tentar reencantar o conteúdo da aula de outras formas.

Inicialmente eu pensei em falar sobre uma pesquisa que estamos desenvolvendo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é sobre movimentos sociais na esfera pública, mas como essa pesquisa está em andamento ainda, seria um pouco precipita-

do fazer essa aula em torno disso. (no momento da publicação dessa aula tal pesquisa já deu resultados: J.S. Leite Lopes e Beatriz Heredia (orgs.) Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação : burocracias, confrontos, aprendizados inesperados – Rio de Janeiro: CBAE, 2014, 308 p.; e pode ser baixado em pdf do portal www.memov.com.br) Mas devo dizer que para chegar a coordenar esta pesquisa eu aprendi muito com a convivência aqui com os pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social desde alguns anos, desde 2007 pelo menos, que eu tenho vindo aqui testemunhar o trabalho de vocês.

Vou trabalhar em algo que eu conheço mais, que está relacionado à minha vida de pesquisa, embora não seja da preocupação imediata de vocês. Eu centrei as minhas pesquisas sobre trabalhadores industriais, sobre operários, enquanto que vocês estão envolvidos com outros movimentos sociais. É verdade que a transmissão de práticas entre movimentos nem sempre é algo consciente e tais novos movimentos se relacionam com o movimento operário do passado através de certas tradições, de formas de luta. Mas são novos movimentos que utilizam a palavra “tradicional”, como é o caso dos povos e comunidades que estão aqui nesse mestrado. Então escolhi esse tema: “memória e transformação social”, que seria um aparente paradoxo, você falar de tradição, de memória e do passado; e ao mesmo tempo da transformação social, de algo novo, dos movimentos de agora.

Eu fiz duas grandes pesquisas com dois tipos de trabalhadores industriais, com os operários de usinas de açúcar em Pernambuco, entre 1972 e 1975, já faz muito tempo; e com trabalhadores e trabalhado-

ras têxteis no município de Paulista, também no mesmo estado, entre 1976 e 1983. E neste último caso com visitas ao longo dos anos e uma volta ao campo entre 2003 e 2006.

Por sinal, esse tema “memória e transformação social”, ele acaba fazendo a memória daquilo que a gente estuda e a memória da gente mesmo, paralelamente nós voltamos a examinar nosso próprio percurso. (Talvez porque em 2011 eu tive que escrever um memorial para um concurso de titular). Na época em que comecei minha vida de antropólogo, estudar os operários industriais nessa profissão era raro. Era mais um domínio de sociólogos e de historiadores, mas com uma bibliografia ainda pequena.

Os operários eram vistos de certa forma (no senso comum e alguns dos estudos sociológicos) como algo novo ligado ao futuro do Brasil: a questão da industrialização e do desenvolvimento que vinha desde os anos 50 com governos democráticos e depois continuou durante a ditadura. Havia esse discurso sobre o desenvolvimento industrial que implicava numa certa formação de trabalhadores para as fábricas, que participavam daquilo que era visto como um futuro para o país. No entanto, hoje, no momento mesmo em que eu apresento esta aula, o conteúdo dos estudos que se fazem sobre operários industriais é como se estivessem falando de uma comunidade tradicional em extinção, em desaparecimento. Enquanto que paradoxalmente outros povos e comunidades tradicionais que nos anos 70 eram vistos como em desaparecimento -- se dizia que os povos indígenas e outros povos tradicionais estavam desaparecendo; e de outros povos tradicionais ainda nem se tinha conheci-

mento e não eram visíveis – hoje eles estão crescendo em importância intelectual e política. E os operários como grupos mobilizados e atuantes que já foram (e ainda de certa forma são) enfrentam as dificuldades decorrentes das transformações industriais que os reduzem numericamente e têm seu poder diminuído.

Eu tive a felicidade de entrar para estudar operários industriais num mestrado e depois num doutorado de antropologia cuja tradição era a de começar pelo estudo dos grupos indígenas, grupos camponeses, artesanais, justamente os povos à margem desse desenvolvimento capitalista, e lá já se relativizava essa visão de futuro que se tinha com relação à chamada classe operária industrial. Ela acabou que se transformando ao longo do tempo e se tornou outra coisa. Eu poderia desenvolver isso melhor se eu lesse o texto que eu tinha preparado mas depois da demonstração artística da primeira parte da sessão eu resolvi me soltar e improvisar mais -- embora sem o talento das pessoas que lidam com a expressão artística direta. Mas no início do texto que eu tinha trazido para essa aula ele começava a dizer que antigamente, justamente há um século atrás, o futuro era isso: a concentração das pessoas em fábricas.

(O texto aqui referido era uma versão resumida do conteúdo do artigo: J. S. Leite Lopes, “Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais”. *Mana*, Estudos de Antropologia Social. 17(3), dezembro de 2011. pp. 583-605. Disponível no link:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000300004)

Tanto é que justamente quando começou o cinema, os irmãos Lumière, os franceses que são tidos como inventores do cinema, escolheram como uma das primeiras cenas que eles filmaram, para mostrar a novidade do cinema que é o movimento, ao contrário da fotografia que é parada, o que eles mostram?! Mostram as imagens do movimento da multidão de pessoas saindo de uma fábrica. Muita gente saindo das fábricas, homens e mulheres, de fábricas têxteis. E também nos anos 70 no Brasil, para mostrar o progresso do país uma das cenas preferidas dos filmes de propaganda da ditadura era filmar a porta da Volkswagen em São Bernardo, em São Paulo, aquela multidão de gente saindo das fábricas.

Para resumir: De símbolo de progresso, mudança e transformação social, os trabalhadores industriais passaram a ser objeto de memória. É bem verdade, por outro lado, que os antropólogos estão acostumados a desconfiar das previsões de desaparecimento de povos ou de grupos sociais. No caso presente observa-se um conjunto de fenômenos em transformação, desde um deslocamento geográfico do trabalho fabril, até a sua recriação com outras roupagens na agricultura e nos serviços.

Os operários do açúcar e o contexto da pesquisa na área canavieira do Nordeste nos anos 70

Então, eu comecei a fazer minha dissertação de mestrado sobre um grupo de operários, objeto até então pouco estudado pela Antropologia. Como eu cheguei a esse objeto de estudo? Eu fazia parte no início dos anos 70 de um grupo de pesquisa sobre as

transformações na área canavieira de Pernambuco, coordenado por Moacir Palmeira, que foi meu orientador de mestrado. Não se comparava em tamanho à equipe que vocês formaram aqui no projeto da Nova Cartografia Social que ao longo do tempo foi aumentando muito. Na época nossa equipe era pequena e que foi se formando em torno do estudo da zona canavieira do Nordeste (depois já no período do meu doutorado, essa equipe aumentou muito com o chamado Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste; mas essa é outra história que vocês podem ler no meu Memorial). A área estudada foi, poucos anos antes da formação da equipe de pesquisa, uma das áreas de maior tensão social no Brasil entre os anos 50 e 60, área inclusive muito visada pelo golpe de 64.

No momento anterior ao golpe de 64 em vários pontos do Brasil estavam se intensificando conflitos sociais, melhorias de vida, reivindicações, extensões de direitos sociais, que vinham desde os anos 40. Os direitos trabalhistas foram concedidos de forma parcial, justamente para os trabalhadores urbanos, entre os quais estavam os operários industriais (a CLT é de 1943). Enquanto que a grande maioria da população brasileira, 70% na época, estava no campo, eram trabalhadores rurais, ou então trabalhadores domésticos e os direitos não valiam para essas pessoas. E começou então desde o final dos anos 40 um período de reivindicações e lutas pela tentativa de extensão desses direitos para a maioria da população.

Essa área do Nordeste estava pegando fogo na época, porque coincidiu que os trabalhadores rurais começaram a se organizar criando algo assim muito inocente que eram sociedades de ajuda mútua para

auxílio mortuário. Em engenhos e fazendas, os trabalhadores começaram a se reunir dentro de uma tradição que existia entre os movimentos associativos brasileiros desde o início do século XX que é a sociedade beneficente, na medida em que a previdência social do Estado não era instituída ou estendida, como foi posteriormente. As pessoas se organizavam para fazer uma ajuda mútua, uma caixinha para se ajudar, ou então fazer uma caixinha justamente para ter uma morte decente, para comprar um caixão e ter um enterro digno. Então começaram a surgir de alguns conflitos pela terra, envolvendo foreiros. Estes eram trabalhadores rurais que trabalhavam para um grande patrão, para o grande latifundiário, mas que estavam em áreas de terras afastadas, eles produziam mais por conta própria do que para o patrão, para o qual pagavam o aluguel. No entanto estes patrões começaram a estender a cana para adiante, houve uma possibilidade de crescimento da indústria da cana, como a gente observa há pouco tempo agora em São Paulo, essa coisa da ânsia de suprir o mercado internacional. Nessa época os latifundiários começaram a tomar a terra das pessoas, a pressionar para que as pessoas saíssem dali para plantar cana nas terras. Bom, alguns foreiros, através dessa sociedade mortuária, que era uma forma de associação, começaram a levar reivindicações também. Isso foi reprimido, foi chamado pelos patrões de Liga Camponesa. Era uma alusão às Ligas Camponesas que houve em 45, logo depois da 2ª guerra mundial, quando na democratização que houve então no Brasil o Partido Comunista Brasileiro teve 2 anos de legalidade e estimulou a criação de associações para o

campo, chamadas de Ligas Camponesas. Foi Francisco Julião, até então advogado trabalhista em Recife, que pegou a causa de sustentar essa associação a luta dessas pessoas para permanecerem nas terras onde trabalhavam. Tudo isso para dizer que a partir dessa área começou uma grande ascensão no movimento social de organização dos trabalhadores rurais e do início dos sindicatos. Houve uma lei, na época ainda no governo democrático de João Goulart em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural. E houve a extensão da sindicalização -- que só era permitida para os trabalhadores urbanos, industriais, de serviços e etc -- para os trabalhadores rurais. Aí veio o golpe de 64, a ditadura, a repressão, intervenções sindicais, pessoas presas, pessoas mortas, mas a sindicalização no campo se manteve e se expandiu apesar dessa conjuntura desfavorável.

Tudo isso para dizer que Moacir Palmeira, responsável no Programa de Antropologia do Museu Nacional por fazer pesquisa no Nordeste, atraiu um grupo de pesquisadores para fazer pesquisa justamente na área canavieira de Pernambuco nos anos 70, auge da ditadura. Nessa época muitos cientistas sociais achavam que era inútil ir lá, por que tudo estaria reprimido. Moacir Palmeira e Lygia Sigaud tiveram a persistência de fazer pesquisa nesse campo perigoso. No dia mesmo que estavam cruzando de carro a fronteira de Alagoas com Pernambuco ouviram no rádio que tinha sido morto Carlos Marighella, isso em novembro de 69, para vocês verem qual o clima desses anos. Mas logo ao entrar em contato com sindicatos de trabalhadores rurais da área eles se surpreenderam ao ver que havia mobilização,

que havia gente na porta do INPS lutando para que a previdência social fosse para eles estendida. E puderam constatar que essa área continuou com uma certa luta, mesmo nos períodos mais repressivos da ditadura.

No meu caso eu estudei, no interior desse grupo de pesquisa, trabalhadores de usinas de açúcar que se localizavam na parte industrial desse complexo agroindustrial. Havia tanto aqueles trabalhadores que trabalhavam dentro da usina, quanto trabalhadores no campo para o corte de cana. A usina que eu estudei tinha mil operários na época, mas havia outras usinas maiores, como por exemplo a Usina Catende -- uma usina enorme e famosa que tinha estrada de ferro e cujas terras se estendiam por 5 municípios no Sul de Pernambuco. (Essa usina faliu em meados dos anos 90 e depois de uma greve com ocupação da usina e dos campos pelos trabalhadores tornou-se uma experiência de economia solidária. Formou uma Cooperativa dos Trabalhadores e até pouco tempo era uma grande Cooperativa com experiência de reforma agrária importante, para vocês verem as voltas que o mundo dá, na época não era assim).

A usina que eu estudei tinha mil operários, mas tinha lá uns 10 mil trabalhadores na parte rural. No conjunto das duas categorias, no estado de Pernambuco, enquanto os trabalhadores rurais da cana perfaziam um total de 150 mil trabalhadores, havia 20 mil operários industriais nas usinas. Então eu fui incumbido de estudar essa parte minoritária, esse grupo de operários de usina. A maioria deles começaram a vida como trabalhadores rurais eles mesmos,

ou eram de família de trabalhadores rurais, e entravam para a usina como trabalhadores temporários, jovens safristas. Muitos deles entravam primeiro trabalhando nas estradas de ferro da usina como casacos (nome que se dava ao trabalhador alocado na manutenção ou expansão dos trilhos das estradas de ferro). Durante a safra a usina emprega mais gente para derrubar a cana que vem dos vagões ou dos caminhões dentro da moenda, havia uma série de tarefas auxiliares, aumenta o trabalho temporário. Esses jovens então faziam essa ida e volta entre a indústria e o campo, inclusive alguns vinham das áreas semi-áridas, vinham do agreste de Pernambuco, de outras áreas, da Paraíba, de Alagoas, dependendo da localização da usina. Por outro lado, os operários mais velhos, casados e estabelecidos como permanentes morando na vila operária, também frequentemente tinham as suas roças.

E dentre esse contingente de operários estáveis havia aqueles que cuidavam do processo de produção do açúcar dentro da usina e outros que cuidavam dos reparos da maquinaria. Estes últimos eram chamados de artistas por serem operários qualificados que desmontavam e montavam a usina de novo na entressafra. Eram operários estratégicos. Assim, constatei que nessa indústria rural havia verdadeiros metalúrgicos do açúcar, e numa proporção elevada devido às características de desgaste da maquinaria na produção do açúcar. Na época da safra a jornada de trabalho era de meio dia à meia noite, um turno; e na outra semana trocava. Então, esses operários estáveis e estratégicos que tinham acesso a uma roça como um complemento salarial tinham dificuldades

para fazer as tarefas constantemente nas roças, mas mesmo assim iam fazer sua roça com seus familiares. Na usina o emprego é muito mais masculino, as mulheres na época trabalhavam menos dentro da fábrica, ou ficavam no escritório; assim a unidade familiar trabalhava na sua pequena roça. E também na parte agrícola. Isso era concedido pela empresa, uma espécie de salário in natura, um complemento salarial não dito: os trabalhadores cortavam cana, no trabalho assalariado, mas tinham roçado. (O livro que resultou dessa dissertação chama-se O 'Vapor do Diabo': O Trabalho dos Operários do Açúcar. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, dezembro de 1976. 2ª edição em outubro de 1978).

O fato é que quando estudei esses trabalhadores em 1972, não havia possibilidade de movimento praticamente nenhum entre esses operários, o seu sindicato, comparado a alguns sindicatos de trabalhadores rurais era pouco ativo. Já os meus colegas que foram estudar os trabalhadores rurais, encontraram uma certa animação nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, como mencionei mais acima. Com base no trabalho de campo entre os operários das usinas redigi depois minha dissertação de mestrado. O que eu procurei fazer foi descrever o trabalho na usina do ponto de vista dos operários e de suas divisões e diferenciações internas. E o mercado de trabalho cativo das usinas que controlavam as vilas operárias e os operários circulavam entre elas. As formas de dominação peculiares desse pequeno mundo, em que cada usina era uma espécie de quase-instituição total. E estudar as formas de resistência invisíveis, que não são propriamente um movimento maior, são formas

de resistência feitas na medida do possível. Era o que acontecia na usina de açúcar, pequenas resistências, a reivindicação pela permanência desses roçados, a luta pelo correto pagamento das horas extras, formas de burlar a disciplina patronal (como tirar cochilos durante a noite, nas seções de vigilância do fluxo de transformação química do caldo, como brigas pontuais com os chefes imediatos, etc.) O acionamento à justiça do trabalho era frequente, importante mas os trabalhadores da parte rural faziam isso melhor ainda, faziam isso com advogados dedicados e militantes. Faziam isso com mais força na medida mesmo que os direitos estavam sendo estendidos para eles e eles estavam com toda energia para isso, enquanto que os operários das usinas, como eles tinham esses direitos desde os anos 40, estes direitos foram instituídos descolados de um movimento mais forte. Já para os trabalhadores rurais a concessão daqueles direitos, daquelas leis que foram para eles estendidas, sua institucionalização estava muito mais próxima no tempo à reivindicação e ao auge da luta, no momento em que tinham a força no limiar de 1964 e eles continuaram nessa energia.

Operárias e operários têxteis

Depois, na minha tese de doutorado, eu fui estudar outro grupo, aí já de trabalhadores têxteis, chamados de tecelões num município da Grande Recife. Na realidade eu queria fazer a segunda pesquisa com operários e operárias têxteis, na busca por uma espécie de plantation estendida à cidade e ao subúrbio

nas particularidades das vilas operárias industriais que eu havia visto nas vilas de usinas açucareiras. Nesse caso, ao contrário das usinas, as mulheres dividiam com os homens numericamente de igual para igual os empregos, às vezes nas mesmas seções, às vezes em seções separadas.

Era uma fábrica muito grande, embora na época ela já estivesse em decadência, já era um objeto histórico, eu mal sabia que eu estava pegando era um objeto histórico, queria fazer antropologia, etnografia, como eu fiz com os operários de usina. Acabei fazendo uma etnografia histórica porque essa fábrica tinha uma longa história interiorizada nos operários mais antigos. A fábrica chegou nos anos 40, 50 a ter uns 15 a 20 mil operários, era a principal fábrica das Casas Pernambucanas, que era um estabelecimento comercial que tinha em todo país na época e produzia muito, havia muita gente ali concentrada e eles construíram uma vila operária enorme que era uma verdadeira cidade e se tornou sede municipal nos anos 30. Nos anos 60 o contingente de operários já havia diminuído para 4 a 5 mil trabalhadores e no momento em que fizemos a pesquisa de campo (juntamente com a antropóloga Rosilene Alvim, que estudou as famílias operárias) havia 2 mil operários. Houve depois de 1964 demissões em massa de operários estáveis – o que originou muitas lutas canalizadas para a justiça do trabalho – e uma modernização parcial do parque fabril que havia diminuído o contingente de operários. Mas com a luta que travaram na justiça, esses operários finalmente puderam conquistar as casas em que moravam na vila operária. Quando fizemos lá a pesquisa, entre 1976 e 1983, a maioria

das casas da vila operária tinha passado para a propriedade dos trabalhadores. O grupo assim estabelecido na moradia estava então propenso a contar sua própria história. E isso se dava não somente por terem vivido as peculiaridades da grandeza patronal e suas formas de dominação ao longo do tempo, bem como por terem vivido a partir dos anos 50 e 60, lutas reivindicatórias por cumprimento de direitos e melhorias de vida; esses dois lados conjugados constituindo-os como grupo mobilizado e com tradições e histórias para contar. (os livros que resultaram dessa pesquisa foram: J. S. Leite Lopes, *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'*, São Paulo, Editora Marco Zero (co-edição com CNPq), 1988 e Alvim, Rosilene, *A Sedução da Cidade; os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997).

Comparando os dois estudos: diferentes historicidades

Para chegar ao ponto que quero transmitir nessa aula vou comparar as duas pesquisas. A capacidade de transmissão da própria história entre as gerações de trabalhadores varia de grupo para grupo. Minha experiência de pesquisa baseou-se na comparação entre dois grupos sociais de trabalhadores do ponto de vista de sua relação com a história e a formação de uma memória coletiva. E isso era diferente entre os operários de usina e os tecelões e as tecelãs. Poderíamos resumir isso dizendo: diferentes grupos sociais, diferentes historicidades. E aqui vou ler a seguir um

trecho do que escrevi.

Estes dois grupos estudados sucessivamente e comparados a posteriori apresentam uma relação diferenciada e mesmo polarizada em diferentes concepções de história. Os operários do açúcar apresentam a concepção de um tempo estrutural cíclico, alternado por administrações sucessivas. Devido à importância das relações constituídas no interior de tais administrações, ocorrem periodicamente migrações por equipes ou cliques no mercado de trabalho das usinas de açúcar. Um mestre ou chefe de seção que sai tende a levar seus homens de confiança no emprego seguinte. Trata-se de uma história masculina, onde a família operária se apresenta como pano de fundo, dependente dos trabalhadores masculinos, os pais de família. Tal concepção tem todas as aparências de uma “história fria”, sobretudo se comparada com seus vizinhos de processo agroindustrial, os trabalhadores rurais situados na mesma área de plantation. Os operários do açúcar, por serem considerados “industriais”, foram beneficiados pela legislação nacional do trabalho implantada nos anos de 1940, durante um período de governo ditatorial (o que por sinal, contribuiu para quebrar a resistência patronal a essas medidas). Em contraste com os trabalhadores da parte rural da plantation, que era a grande maioria excluída desses direitos, eles passaram a ocupar uma posição de superioridade relativa na hierarquia das usinas. Ao contrário, os trabalhadores rurais, moradores e depois trabalhadores de rua, também conhecidos como clandestinos, tiveram acesso aos direitos trabalhistas vinte anos depois dos operários, em pleno período democrático e de forte mobilização

social. Estes foram, logo depois, o alvo principal, na área canavieira, da repressão por parte da nova ditadura implantada pelos militares em 1964. O processo então desencadeado a partir da inclusão tardia dos trabalhadores rurais aos direitos sociais e da subsequente expulsão dos moradores por parte dos proprietários, proporcionou a estes trabalhadores uma comparação entre um passado idealizado, de acesso a concessões anexas à moradia e a relações personalizadas com alguns patrões, contraposto a um presente de dificuldades maiores. O instrumental cognitivo proporcionado por essa visão do passado, aliado à curta vivência no início dos anos 60 de um sentimento de libertação, dava a este grupo social a possibilidade e a vontade de associação reivindicativa mesmo sob condições severas de repressão. Enquanto isso, os operários do açúcar guardavam distância do momento de entrada dos direitos nos anos 40 sem a mesma mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais vinte anos depois. No período repressivo pós-64 não dispunham dos mesmos instrumentos associativos e resistiam a uma exploração cotidiana do trabalho de forma atomizada.

Já os operários e as operárias têxteis da grande companhia industrial que criou uma cidade no início do século XX, apresentavam uma alta sensibilidade quanto à apropriação singular de acontecimentos internos e externos que traziam conseqüências sobre a vida social local. A trajetória do campo para a fábrica, comum à grande maioria destes trabalhadores, a grandeza e o carisma patronais, a luta pelo cumprimento dos direitos desde os anos de 1940, as greves dos anos 50 e início dos 60 e o movimento contra a

opressão aos operários estáveis entre os anos de 1967 até o início dos anos 80, são todos fatores de elaboração de uma historicidade “quente”. Por sinal, comparável à sensação “térmica-social” não dos operários industriais do açúcar, mas à dos trabalhadores rurais canavieiros dos anos 60 e 80.

Procedimentos de pesquisa

Vou falar alguma coisa dos métodos de trabalho com nossos materiais de pesquisa.

A história dos operários de usina de açúcar era uma história que a gente tinha que descobrir via tradição oral, com aquilo que as pessoas falavam das suas trajetórias de vida, das histórias escondidas e, como diz Michael Pollak, de memórias subterrâneas. Já no caso dos têxteis, além da etnografia e da história oral que fizemos, havia uma farta documentação escrita que depois passamos a descobrir. Em acontecimentos como greves, disputas entre os empresários têxteis eles próprios, na política municipal, eventos que saíam nos jornais da época. Havia também os relatórios da fábrica como sociedade anônima publicados um dia por ano nos jornais. Havia as atas do sindicato dos tecelões. Havia assim mais pontes com uma história oficial. Mas havia que trabalhar muito para descobrir essas fontes. A história dos trabalhadores ou dos dominados, ela nunca é a grande história, não vai ser proclamada aos ventos. Mas a posse mesma da história incorporada e interiorizada do grupo de trabalhadores como resultado de pesquisa nos serviu de guia de leitura dos documentos escri-

tos. Em suma, uma arriscada junção de antropologia e história.

A hipótese da tradição transformadora

Eu queria agora voltar a falar do título da aula “memória e transformação social”. Isso tem a ver com a interpretação de que certas tradições podem se constituir num capital, numa grande força para a reivindicação por direitos e por melhorias de vida por parte de grupos sociais dominados.

Eu chamei isso no texto que escrevi de a hipótese da tradição transformadora.

E vou ler aqui um pouco do que escrevi.

Vou me referir ao livro de E.P.Thompson, *The Making of the English Working-Class*, publicado em 1963, e reeditado pela Penguin em 1968 (no Brasil, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, em 3 tomos, publicado no final dos anos 80). Ali aparecia de forma clara, com base na experiência da revolução industrial inglesa, a hipótese da importância do passado, da memória, da história incorporada, para a possibilidade de criação do novo. Ao contrário de se ver no novo proletário industrial o criador do movimento operário, Thompson mostrava através de farta documentação a importância dos artesãos, trabalhadores a domicílio e trabalhadores rurais, destituídos pelas transformações capitalistas, como os motores ativos do novo movimento. Seriam estes, que têm um quadro de referencia anterior, dado por suas tradições de trabalho e de vida, por sua cultura, por sua religião, os que teriam condições de enfren-

tar os novos modos de dominação social em gestação. Era algo assemelhado a isto que eu e a colega Rosilene Alvim estávamos encontrando na cidade de Paulista, na Grande Recife. O predomínio da história do grupo operário sobre sua vida presente no relato espontâneo dos trabalhadores entrevistados; a ambigüidade entre as realizações de grandeza da empresa que se refletiam nas condições de vida e na experiência dos trabalhadores; e ao mesmo tempo o orgulho da participação em protestos contra a ilegitimidade da dominação patronal.

E.P.Thompson, no verdadeiro prefácio-manifesto do seu livro *The Making of the English Working-Class*, invertia o senso comum, inclusive o acadêmico, ao atribuir o protagonismo não ao pólo moderno da transformação capitalista, a fábrica e seus operários, mas àqueles a quem tais mudanças estavam deslocando e destruindo. Eram eles: os artesãos, trabalhadores rurais e camponeses, os trabalhadores a domicílio. Com isto ele estava reforçando a recuperação de processos históricos cuja explicação se juntava ao que estava acontecendo com a expropriação das sociedades camponesas e dos grupos artesanais na contemporaneidade da segunda metade do século XX. Também a micro-resistência surda que se passava no interior dos chãos de fábrica era assim valorizada -- com os operários sendo destituídos constantemente de formas anteriores de produzir e de costumes e cargas de trabalho, o que acarretava no aumento crescente de seu esforço sub-remunerado.

Isto de fato tinha a ver com o que havíamos observado na área canavieira do Nordeste. Como a memória da figura tradicional do morador estava sendo reforçada no momento mesmo em que ela tendia a

desaparecer -- como aparece na construção retrospectiva de seu tipo-ideal no artigo "Casa e Trabalho" ou "Morar", de Moacir Palmeira. Ou ainda na adição aparentemente paradoxal dos antigos costumes personalizados e "paternalistas" da relação tradicional de morada com os novos direitos alcançados em 1963 e então já ameaçados, efetuados pelos trabalhadores canavieiros -- como analisado por Lygia Sigaud. Ou como a tradição das "artes industriais" ostentadas pelos artistas das seções de manutenção das usinas de açúcar fornecia uma linguagem legítima para a reivindicação dos direitos de todos os operários, que eu pude perceber no Vapor do Diabo, graças ao trabalho anterior de Rosilene Alvim sobre os ourives. Ou ainda a ambigüidade dos operários têxteis que se manifesta na soma de argumentos aparentemente contraditórios para efetuar a crítica à situação contemporânea da relação entre empresas e trabalhadores, através de relatos que registramos na segunda metade dos anos de 1970, em Paulista, Pernambuco. Por um lado, são ressaltados os aspectos positivos selecionados que tinham as suas relações com os patrões na cidade industrial dos anos de 1930 e 1940. Por outro, também é narrada a grandeza da luta pela aplicação dos novos direitos sociais apropriados pela associatividade operária. De fato, mais do que uma aparente incoerência lógica na soma heterogênea de práticas "tradicionais" e "racionais-modernas", os trabalhadores operavam na lógica do fluxo contínuo e do tênue limite das apropriações dos usos das concessões e dos direitos. Como formula E.P. Thompson para o contexto diverso dos trabalhadores que vivem o início da revolução industrial inglesa, no livro Cos-

tumes em Comum :

“Minha tese é a de que a consciência dos usos costumeiros eram especialmente robustas no séc. XVIII. De fato, alguns ‘costumes’ foram de invenção recente, e na verdade eram reivindicações de novos ‘direitos’. O costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Por isso o costume não codificado – e até mesmo o codificado – estava em fluxo contínuo. Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra tradição, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”.

Assim, apesar de grande parte do operariado têxtil de Paulista guardar a imagem positiva da memória dos tempos em que a personalização patronal era exercida localmente, no entanto desde que os direitos sociais se instalaram e se tornaram disponíveis, no pós-guerra de 1945, se disseminou rapidamente a prática da inscrição de reclamações na justiça do trabalho através do sindicato. Apesar de poderem ser vistos os trabalhadores brasileiros sob a aparência de estarem “afogados em leis”, na expressão do historiador John D. French diante do tamanho da CLT, no entanto as leis servem de instrumento de negociação pelos trabalhadores diante da face autoritária dos costumes do patronato no trato com sua mão de obra. A apropriação das novas leis pelos trabalhadores se dá enquadrada pelo seu entendimento das suas relações anteriores com o patronato.

Acho que essa hipótese, construída a partir de materiais empíricos sobre o operariado, e sobre a transformação do campesinato em proletariado, tem

tudo a ver (ou mais ainda a ver) com o que se passa na emergência dos movimentos dos novos povos e comunidades tradicionais (para os quais este mestrado assim como o PNCSA dão uma contribuição decisiva, da qual sou testemunha).

A relação entre pesquisadores e pesquisados, a demanda por memória e patrimônio industrial e o filme tecido memórial

Quanto à permanência de nossa relação enquanto pesquisadores e os grupos pesquisados gostaria de dizer algumas palavras.

A continuidade de nossa relação com os dois grupos pesquisados foi diferente: enquanto a fábrica têxtil que originou a cidade de Paulista fechou definitivamente suas portas em meados dos anos de 1990, a usina de açúcar na qual estudei continua funcionando bem, sendo uma das mais sólidas do estado de Pernambuco, sobrevivendo à falência de muitas de suas similares desde o início da década dos 90. No entanto, com os operários e operárias de Paulista pudemos construir uma relação que tem durado desde 1976 até os dias de hoje, enquanto que a comunicação com os operários da usina pouco duraram. O território da usina e sua vila operária continuaram sendo o monopólio do poder da empresa. Já a cidade de Paulista havia transbordado de sua vila operária original, com a perda do monopólio da companhia sobre o território da cidade tendo se consolidado na segunda metade dos anos de 1960. Quando lá estivemos pela primeira vez em 1976, já a maior parte das

casas da vila operária havia sido revertida às famílias operárias por força de indenizações trabalhistas, e podíamos visitá-las sem interferência da administração da companhia.

É nesse contexto de declínio e desindustrialização da cidade de Paulista que pudemos renovar nossa relação com os operários têxteis pesquisados no passado e seus atuais descendentes num sentido amplo. Apareceram então fortes demandas pela recuperação e sistematização da memória social da cidade por parte de agentes significativos do espaço público local. E onde a volta dos pesquisadores ao local sobre o qual produziram teses e livros não é despercebida por tais agentes; a própria condição de pesquisador-coletor de dados é vista de forma diferente e transformada em pesquisador testemunha da história, em sistematizador e colaborador na divulgação da história local.

Em diversas áreas industriais antigas como as ex-vilas operárias de fábricas têxteis (e de outros setores industriais) na área metropolitana de Recife (e outras capitais com a presença de bairros industriais), movimentos sociais locais esboçam lutas por maior participação dos moradores na administração local, procurando minorar os impactos desfigurando o formato tradicional desses bairros. As transformações nessas antigas cidades industriais vão no sentido de uma dispersão de sua força de trabalho, antes concentrada localmente, por toda a região metropolitana, aumentando os fluxos de deslocamento de trabalhadores. Nessas áreas o patrimônio histórico potencial representado pelas vilas segue sendo descharacterizado e transformado, sem constituir-se num recurso de políticas públicas voltadas para a história

e a cultura locais. Antigos terrenos e galpões desativados tornam-se um passivo ambiental sem perspectivas de compensação. Por sinal, a nova noção de “direitos difusos” pode aplicar-se tanto à penalização e à correção de danos ambientais (neste caso terrenos baldios e ruínas industriais, eventualmente contaminados) quanto à promoção da patrimonialização de um espaço material significativo para a memória social como uma forma de compensação ambiental. Setores das sociedades civis destas cidades não desconhecem esses novos direitos, numa tendência que uma equipe de pesquisadoras que eu tive a felicidade de coordenar caracterizou em termos gerais como a ambientalização dos conflitos sociais. (Ver sobre esse ponto J. S. Leite Lopes e Rosilene Alvim, “Uma memória social operária forte diante de possibilidades difíceis de patrimonialização industrial”, Livro eletrônico do II Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia. MAST-MCT, julho 2009 disponível no link:http://www.mast.br/livros/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf p. 232-256).

O interesse do sindicato dos tecelões de Paulista na sistematização e divulgação da história local, ressaltando suas tradições operárias, foi o principal fator através do qual nossa nova pesquisa na localidade nos anos 2000 acabou desembocando em atividades de busca e coleta de registros visuais e sonoros que pudessem ser divulgados publicamente. Essa nova geração de sindicalistas era proveniente das fábricas do distrito industrial de Paulista nos anos 70 em diante, fábricas essas que também entraram dos anos 90 em diante no processo geral de desindustria-

lização.

Outros atores desta demanda por memória um grupo de jovens de formação universitária e professores do ensino fundamental e médio, moradores da cidade, alguns deles filhos e netos de ex-operários e funcionários da companhia, também interessados na memória local. No final de 2005 eles constituíram o “movimento pró-museu de Paulista”, diante dos rumores da venda da casa grande e seus jardins por parte dos proprietários da CTP para uma grande empresa nacional de lojas de departamento, o que acarretaria a destruição da casa-grande e do “jardim dos coronéis”. O movimento defende o patrimônio material e imaterial do município, mas prioritariamente a casa grande e seu jardim. É interessante que grupos da sociedade civil local tenham se fixado na casa grande patronal como monumento da memória da cidade e das famílias operárias que a construíram (e que estão na origem de muitas das famílias atuais). Na falta da possibilidade de aproveitamento para fins públicos das ruínas das duas fábricas de Paulista, e, na falta de lugares públicos histórica e simbolicamente significativos nos múltiplos arruados do conjunto arquitetônico da grande vila operária, a casa grande passa novamente a se destacar.

Estimulados por essa demanda de memória passamos a adicionar à nossa documentação escrita e gravada em áudio os resultados de uma intensa busca por materiais visuais sob a forma de fotografias e imagens em movimento. O filme *Tecido Memória* (dirigido pelo documentarista Celso Brandão, Rosilene Alvim e por mim mesmo) registra assim através de outra linguagem esse novo período de campo

após o intervalo de trinta anos; através dos instrumentos da antropologia visual que colegas especialistas dessa área vinham aperfeiçoando. A etnografia de longa duração pode agora conter um documento construído com a participação explícita dos pesquisados, editados e mostrados publicamente em carne, osso e palavra; um documento a ser apropriado de forma mais favorável pelo próprio grupo retratado e seus descendentes.

(O vídeo se encontra no youtube. Ele tem um link na página do PPGAS/Museu-Nacional/UFRJ

http://www.museunacional.ufrj.br/ppgas/videos_tecido.html)

Bom, para finalizar e voltar ao ponto de partida da minha fala, vou explicar porque me emocionei ao ouvir aqui cantado o Canto das Três Raças. É que ele me remeteu aos anos 70 e eu ouvia esse canto do trabalhador ser entoado nas reuniões do pequeno círculo de militantes do movimento operário do Grande Recife que então se reunia sob a proteção da Igreja católica nos tempos de Dom Helder Câmara, na casa que era sede da Ação Católica Operária em Recife (depois a denominação se ampliou e passou a Movimento de Trabalhadores Cristãos). Tomei essa coincidência na prática de cantar esse hino do trabalhador como sinal de que, apesar das diferenças, algumas tradições se acumulam e passam de geração para geração e de grupo para grupo no interior dos movimentos sociais. E que é uma honra estar aqui nessa mesa proferindo essa aula inaugural de período letivo, na presença de alunos, professores, pesquisadores e pesquisados. Nesse ambiente singular cultivado pelo PNCSA, de que sou observador e

testemunha desde alguns anos, de criar as condições para que a atividade acadêmica e de pesquisa incorpore de fato e de forma ativa os grupos pesquisados. É que está continuamente pesquisando, sob a classificação de (antigos e novos) povos e comunidade tradicionais, um dos movimentos sociais mais dinâmicos e democráticos do Brasil de hoje.

Obrigado!



Show da cantora Lílian Lima e Banda Afro Akomabu



Recepção aos alunos turma 2014, professor Protásio dos Santos, Prof. Helciane Araujo e Reginaldo da Conceição (turma 2013)



Ednaldo Padilha, Nice Machado Aires e Fabrício Maranhão recepcionando os alunos da turma 2014



Alfredo Wagner, Rosa Acevedo e José Sérgio Leite Lopes



Alunos da turma 2014: Keylla Krystynna Carneiro Barros; Carolina Mendes; Andréa Cristina Serrão Gonçalves; Antônio Henrique França; Arival Curica Fermin; Bárbara Cascaes; Geovania Machado Aires; Jessica Maria Barros da Silva



Alfredo Wagner, Rosa Acevedo e José Sérgio Leite Lopes



Bárbara Cascaes; Consolação Lucinda; Alfredo Wagner; José Sérgio Leite Lopes; Benjamim Alvino de Mesquita; Patrícia Portela e Camila do Valle assistem apresentação dos grupos



Foto tirada pelo documentarista Celso Brandão por ocasião das filmagens do documentário Tecido Memória. Da esquerda para a direita, Isabel dos Santos (ex-fiandeira aposentada), Rosilene Alvim, Rosália Ferreira (ex-fiandeira e ex-sindicalista), José Sergio L. Lopes, em 2008 (na casa de Isabel na antiga vila operária). Isabel e Rosália são personagens do filme. Ambas estão em contato com os antropólogos desde o início da pesquisa em Paulista-PE em 1976, e estão entre as/os principais colaboradores da pesquisa



Memorial do candidato José Sergio Leite Lopes

Apresentado para o concurso de Professor Titular realizado no Departamento de Antropologia do Museu Nacional UFRJ (2011)

1. Pequena Introdução

O memorial para o concurso de titular, ao exigir em edital “comentário que permita ajuizar a significação dos títulos e trabalhos a eles atribuída pelo próprio candidato”, obriga-nos, candidatos, a falar de nossa trajetória na primeira pessoa do singular. Enfim eu, como dizia o outro, um colega francês no início de seu memorial para exame de “habilitation”. Vou interpretar tal constrangimento como uma maneira de produzir um documento público que traga subsídios para iluminar, de certo ponto de vista, a trajetória da rede de relações sociais em que estive envolvido e assim servir de testemunha da geração em que estive e estou inserido. E também como uma espécie de “devolução” pública ao fato de solicitar, ao longo da minha vida profissional, a inúmeros pesquisados e entrevistados, depoimentos sobre suas respectivas trajetórias, testemunhos através de suas histórias de vida. O feitiço volta-se contra o feiticeiro. De fato, o esforço reflexivo exigido deve completar de alguma forma a própria validade dos “títulos e trabalhos” do candidato produtor ao fornecer o con-

texto de suas condições de produção. Tentarei modestamente fornecer uma descrição com ambições de densidade mais ou menos alcançadas e onde o eu em muitas ocasiões passa sub-repticiamente para o nós.

2. Da Economia para a Antropologia Social

Entrei para o PPGAS-MN como aluno do mestrado no primeiro semestre de 1970. Foi onde desembocou um processo de afastamento da formação como graduado em Economia e de busca de um caminho nas ciências sociais. O aprendizado na Antropologia começava então para continuar daí por diante. As primeiras publicações de artigos (e “outros tipos de publicação”) do meu CV mostram o tratamento de temas econômicos com ferramentas críticas apropriadas da literatura antropológica. Isto aparecia tanto em alguns trabalhos de curso que chegaram a ser publicados, como a apreciação crítica da antropologia econômica, quanto em textos redigidos no interior de instituições econômicas, trazendo ângulos até então inusitados sobre trabalhos tecnocráticos esotéricos sobre temas então candentes e publicamente abafados na conjuntura política do início dos anos de 1970, como distribuição de renda e emprego.

Começava então a exercer uma atividade que me satisfazia, trazendo de volta as esperanças levantadas no curso secundário feito em escola pública experimental, e não correspondidas na graduação pelo fato de me desagradarem as tendências dominantes na chamada ciência econômica.

A referência ao curso secundário torna-se inevitável na medida em que foi neste nível de ensino que pude beneficiar-me da experiência do Colégio de

Aplicação da então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje da UFRJ, durante a primeira metade dos anos 60 do século XX. Entrei naquele colégio em 1961, no terceiro ano ginásial, e me formei no científico no final de 1965. Ali encontrei excelentes professores, colegas estudantes e licenciandos da FNFfi, num clima de entusiasmo pelo caráter experimental e inovador do ensino em implementação, incluindo muitas atividades “extra-classe” que eram valorizadas. Dentre estas atividades, cheguei a ser co-diretor do jornal mural e diretor do jornal “A Forja”, que eram ligadas ao grêmio estudantil¹.

Ao final do curso secundário poderia ter seguido vários caminhos, visto o estímulo provocado por disciplinas variadas (Português, História, Geografia, Estudos Sociais, Biologia), mas a opção pelo científico (como se denominava uma das modalidades dos três últimos anos do ensino médio, a outra sendo o clássico) e a internalização do ambiente científico em casa e suas extensões acabaram infletindo minhas inclinações sociais temperando-as com a pretensa maior cientificidade da Economia dentre as ciências sociais².

Esse parêntese, para depois voltar à entrada nos estudos em antropologia social, ainda deve se alongar um pouco mais pela graduação, de forma a dar

1 Durante uma parte deste período o presidente do Grêmio foi o colega Afrânio Garcia Jr., que depois teve uma trajetória universitária e profissional homóloga à minha. Também tive como colega mais adiantado, Gilberto Velho, que, anos depois, entre 1969 e começo de 1970.

2 Foi engraçado, para mim, ler agora o artigo que acabei publicando na Forja fazendo esta justificativa, com o título, “Sobre a escolha profissional”, A Forja, agosto de 1965, p.2, mas poupo citações aos leitores. Em casa não havia pressões em direções determinadas, eu é que incorporava uma expectativa de cientificidade, reforçada por minhas conversas com o amigo de família Haitý Moussatché, fisiologista da Fiocruz, racionalista eficazmente sócrático.

idéia da “acumulação primitiva” pessoal percorrida até chegar à pós-graduação. Desde 1964 já tinha a perspectiva totalmente não usual de fazer pelo menos parte da graduação no exterior, na França³. Assim, fiz vestibular para Economia na PUC do Rio, que então pertencia à Escola de Sociologia e Política desta universidade (como se pode constatar em meu diploma de bacharel em ciências econômicas, expedido pela Escola de Sociologia e Política da PUC), para, além dos méritos desta Escola, poder pragmaticamente reconhecer, com mais facilidade que na Economia da UFRJ, os créditos que eu viesse trazer dos anos cursados no exterior⁴.

Em Paris, os imprevistos da vida real me colocaram numa faculdade de economia subordinada à faculdade de direito⁵, com a rotina de aulas magistrais em anfiteatro para dois mil alunos com professores vestidos de beca, cuja entrada era precedida por um bedel (“*appariteur*”; para que nós ficássemos de pé), e que geralmente proferiam um curso lendo o texto já impresso em apostila (“*cours policopié*”), que os alunos ausentes (havia dez mil inscritos no primeiro

3 Meu pai, o físico José Leite Lopes, professor na Faculdade Nacional de Filosofia, no clima repressivo do imediato pós-golpe de 1964, havia sido investigado pelo Inquérito Policial Militar do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros do Ministério da Educação e da Cultura), e chegou a ser preso no DOPS durante dois dias. Depois disso recebeu convite para lecionar na França, na universidade de Paris-Orsay e lá permaneceu, num primeiro momento, entre 1964 e o início de 1967. Minha perspectiva era juntar-me à família após a conclusão do curso secundário e lá iniciar meus estudos de graduação universitária.

4 Escola esta pela qual haviam passado vários futuros professores e depois colegas no PPGAS-MN como Moacir Palmeira, Otávio Velho e Lygia Sigaud (assim como muitos outros colegas de geração em Ciências Sociais).

5 União esta que já havia sido desfeita, por exemplo, na Economia da U. B., depois UFRJ; sem falar na modernidade da experiência da Universidade de Brasília, para a qual tínhamos esperanças de ir mesmo depois de 64, mas que sofreu outro baque repressivo em 1965.

ano) ou presentes compravam, para estudar para as provas, em fascículos novos ou na sua totalidade de segunda mão (cujos textos eram geralmente idênticos aos de anos passados)⁶. Este ensino se completava com aulas práticas (TD; isto é “Travaux dirigés”) duas manhãs por semana com um dos assistentes do professor principal. Para nós alunos estrangeiros havia ainda, uma vez por semana, aulas de reforço escolar⁷. Tudo isto coroado por exames únicos no final do ano letivo (havia um treino, chamado de “examen blanc”, no meio do ano, cuja nota não valia formalmente nada)⁸. O primeiro ano foi cursado na sede de Paris-Assas (referência à rue d’Assas; as aulas de reforço eram numa sala da sede na place du Panthéon). O professor de Economia, Henri Guitton, apresentava um certo ecletismo entre a economia neo-clássica e o keynesianismo, entre o catolicismo social e a econometria. Um dos seus assistentes, Hervé Hamon, católico de esquerda, foi nosso professor de trabalhos dirigidos (TD), e era o nosso elo mais personalizado

6 O professor mais carismático, que mais improvisava, era Maurice Duverger, que dava creio que Sociologia das Instituições Políticas, um curso para o qual não fazíamos exames, se não me falha a memória. O que me lembro é das técnicas de sabotagem de estudantes membros da direita francesa contra as aulas desse professor socialista ao jogar bolas de gude nas escadas do interior do anfiteatro.

7 Dentre os alunos estrangeiros que freqüentavam tais aulas estávamos eu e Afrânio Garcia Jr., colega do Cap. que chegou do Rio em outubro de 1966 para o início do ano letivo 1966-67 e participar desta experiência no exterior; assim como, que eu me lembre, outro brasileiro, um angolano e um espanhol.

8 Vale registrar que o exame final neste primeiro ano se resumia a duas provas. A primeira seria uma dentre três disciplinas, a ser sorteada antes da prova, a saber, entre Droit Civil, Droit Constitutionnel e Histoire du Droit et des Faits Sociaux jusqu’à la Revolution. A outra seria uma dentre duas: ou Économie ou Mathématiques-Statistiques. Tratava-se de um mecanismo de peneira seletiva entre o acesso livre à universidade posterior ao baccalaureat (exame de fim do secundário que habilita para certas carreiras universitárias de alunos) no primeiro ano e os anos posteriores. O exame se dava em junho e havia uma previsão de segunda época para setembro.

com este curso objetivado e impessoal⁹. O segundo ano foi seguido por nós na sub-sede do curso de Economia no campus de Nanterre, onde se tinha direito ao alojamento universitário¹⁰.

O campus, apesar de inóspito, trazia a vantagem da proximidade com outras faculdades e disciplinas: pudemos freqüentar algumas aulas de Sociologia dadas por Alain Touraine e por Fernando Henrique Cardoso, que neste ano letivo estava lá como professor visitante¹¹. Além disso, o campus era mais propício a uma certa sociabilidade entre os estudantes, nas atividades da associação da residência universitária (com cine-clubes e atividades reivindicativas de

9 Depois se tornou um dos professores contestatários no interior da conservadora Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, passando a ser posteriormente professor na faculdade de Economia (autonomizada da de Direito) de Paris-Dauphine, criada no pós-68.

10 Minha família voltou ao Brasil em fevereiro de 1967, com o retorno de meu pai à UFRJ, num período de relativa liberalidade do regime militar. Com isto, eu e Afrânio perdemos a hospitalidade da casa familiar. Até o final do inverno de 1967 ficamos hospedados no convento dos dominicanos na rue de la Glacière (em troca de serviços de lavar pratos), graças a contatos do professor assistente Hervé Hamon. Depois do inverno ficamos alojados numa chambre de bonne (onde não havia calefação). No ano letivo seguinte a possibilidade de alojamento na cidade universitária de Nanterre foi decisivo para o deslocamento para este novo campus. Esta instalação universitária no ano letivo de 1967-68 estava em seu segundo ano de funcionamento, com os edifícios recém inaugurados, mas com uma paisagem de escassa vegetação, sem árvores, poucos gramados, terra, poeira e lama. A estação ferroviária suburbana local (nesse tempo não havia o RER-A que hoje integra Nanterre à malha metropolitana do metrô) chamava-se La Folie. A estrada que dava acesso ao campus separava os seus muros da favela de Nanterre que na época existia, com seus moradores em sua maioria de origem magrebina (estudada posteriormente por Abdelmalek Sayad).

11 Tínhamos mais proximidade com Celso Furtado, professor da Faculdade de Economia em Paris, mas que dava aula nos últimos anos da graduação, e assim não fomos alunos dele. Mas tínhamos conversas regulares, iniciadas na casa familiar, pois ele era amigo dos meus pais, e depois continuadas esparsamente ao longo do ano seguinte, como um supervisor informal de curso. Líamos também livros de Jean Marchal, professor da faculdade, de orientação keynesiana (um de seus livros havia sido resenhado por Celso Furtado para a Revista Brasileira de Economia da FGV em 1948).

melhorias locais) e nos ecos do que se passava nas ruas de Paris, nas manifestações dos comitês contra a guerra do Vietnam¹².

Para efeitos da repercussão sobre minhas decisões profissionais futuras talvez tenham pesado mais uma vez atividades “extra-classe” (isto é fora das salas de aula do currículo regular). Se no primeiro ano havíamos evitado circular na colônia brasileira para bem adquirir a língua e vivenciarmos os costumes locais, no segundo ano fomos nos ligando ao grupo de doutorandos brasileiros no exterior, inicialmente através de Enilton de Sá Rego, que conhecíamos da FNF. Dali, chegamos aos apartamentos da rue Cassini, onde habitavam alguns destes colegas mais adiantados na progressão universitária como Moacir Palmeira, Alexandre Rezende, Rosa Ribeiro da Silva e outros. Assim como ainda colegas do circuito do doutorado como José Albertino Rodrigues (de São Paulo, do qual se falará mais adiante neste memorial), Marco Aurélio Garcia e Elisabeth Lobo (que vinham do Rio Grande do Sul). Naquele momento interessava-nos acompanhar a pesquisa que estava sendo feita por Moacir para sua tese de doutorado sobre o debate a respeito do caráter das relações sociais no campo no Brasil.

Por outro lado a irrupção do movimento de maio de 1968 nos atingiu em cheio no interior do campus de Nanterre. Para simplificar a narrativa e ir mais direto ao ponto em que posso pensar a posteriori sobre a influência de acontecimentos da época sobre escolhas

12 Na residência universitária foi nosso colega José Almino Arraes de Alencar, então estudante de Sociologia, que nos atualizava das matérias que ele cursava, além de trazer notícias dos círculos de exilados brasileiros. Também ali foi nossa colega Marie-France Parpet, que depois casou-se com Afrânio e tornou-se Garcia-Parpet.

futuras, acabamos nos voluntariando, eu e Afrânio, para auxiliar no contato com operários portugueses de fábricas da região, assim como da própria Citroën de Paris, para que aderissem ao movimento social de greves que se alastravam pela França após o dia da grande manifestação do dia 13 de maio. Também convivíamos nestes dias com operários mais antigos das proximidades de Nanterre que convidávamos para freqüentarem o campus e darem depoimentos. Creio que esta breve experiência me tenha marcado para escolhas subseqüentes que afetaram desdobramentos profissionais.

O nosso plano era terminar em junho de 1968 o ciclo básico da Faculdade de Economia e obter o diploma de Estudos Gerais em Ciências Econômicas (vide CV), e voltar para o Brasil, concluindo os créditos restantes na Economia da PUC. Além disso acompanhávamos as notícias pelos jornais e pelas cartas dos ex-colegas do Cap. sobre os acontecimentos do que foi a posteriori visto como o maio brasileiro de 68, que havia começado desde pelo menos março daquele ano com a morte do estudante Edson Luís. Naquele momento recebíamos com mais animação e emoção os desenvolvimentos do movimento estudantil no Brasil, diante da apatia que enxergávamos em nossos colegas imediatos na faculdade de economia, e da obsessão pelos exames. Mas o estouro imprevisto de maio de 1968 fez com que todos os alunos fossem remetidos à segunda época em outubro. De tal forma que em outubro de 1968 voltamos à PUC para cursarmos o restante da grade disciplinar.

Na Economia da PUC fiz cursos de Economia, Sociologia e História, de uma forma mais adequada

para meus interesses pelas ciências sociais do que na França, dada a inserção do curso de economia na Escola de Sociologia e Política¹³. Ali também se desenvolvia uma atividade interessante pelo lado dos estudantes, com a chamada “rua dos diretórios [acadêmicos]” em plena efervescência. Isto aumentou relativamente em 1969, após o AI-5, quando a repressão exercida nas universidades públicas era relativamente menor no território da ordem dos jesuítas¹⁴. Fui contemporâneo de Alfredo Wagner de Almeida, João Pacheco de Oliveira Filho, Terri Aquino, Jane Souto de Oliveira, dentre aqueles que se profissionalizaram na antropologia. Paralelamente fiz estágios como economista na empresa Price Waterhouse e na FINEP, inaugurando minha carteira de trabalho. Ao me formar como bacharel em ciências econômicas em 1969, fui efetivado na FINEP como economista no início de 1970. Acabei fazendo o mestrado no PPGAS trabalhando como economista a maior parte do tempo na FINEP, estudando os textos (xerocados muitas vezes no próprio trabalho) nos intervalos entre um parecer e outro de pré-projetos de investimento, atividade preponderante naquela instituição em 1970¹⁵.

13 Os professores que mais tiveram importância para mim foram Isaac Kerstenetsky (Economia), Myriam Limoeiro e Helena Lewin (Sociologia), Clovis Dottori (Geografia), Manuel Maurício de Albuquerque e Barbara Levi (História).

14 Um dos movimentos vitoriosos naquele ano foi pela permanência na PUC dos professores aposentados pelo AI-5 em universidades públicas, reivindicando que a reitoria da universidade não cedesse às pressões das autoridades repressivas.

15 Eu já havia adquirido uma técnica de leitura discreta nos pontos mortos da jornada de trabalho, como continuo de um banco em Paris, quando devorava os livros de bolso que republicavam os clássicos da literatura marxiana em 1967 e 1968. No Brasil continuei a ler na Price e na Finep literatura equivalente nos poros da jornada, devidamente encapada com papel pardo; mas essa literatura foi logo superada pelo volume de textos em xérox para os seminários do mestrado no PPGAS.

O nosso professor na PUC Isaac Kerstenetski mostrou-se um arguto conhecedor dos seus alunos Afrânio e eu mesmo, indicando-nos o PPGAS-MN, então com três semestres de existência, como destino para nossa pós-graduação. Sua carta de indicação ao professor Roberto Cardoso de Oliveira serviu de forte aval em nosso favor, fazendo com que o então coordenador do Programa nos passasse um exame de seleção ad-hoc, consistindo em resenhas de livros, para o ingresso em março de 1970¹⁶.

3. Projetos de Equipe e os Operários do Açúcar

No PPGAS fiz no primeiro semestre os cursos de Sociedades Campesinas, com Roberto Cardoso e o de Sociologia do Desenvolvimento Latino-Americano, com Jorge Graciarena¹⁷. Este último curso dava continuidade a problemáticas com as quais já lidava com minhas leituras na graduação. O de Sociedades Campesinas, que logo depois se entronizou na tradição do PPGAS como Sociedades Camponesas¹⁸, repre-

16 Isaac Kerstenetski era um economista erudito, leitor voraz, apreciador, entre outros autores, de Joan Robinson, Michael Kalecki e Leon Trotsky. Havíamos feito exame de ingresso com sucesso também para uma pós de economia (CENDEC) e para a Sociologia do IUPERJ. Acabamos optando pelo PPGAS-MN, onde tínhamos como referência nosso ex-colega de Cap. Gilberto Velho, e Moacir Palmeira que havíamos conhecido na França. O texto que Roberto Cardoso me passou para resenhar foi um capítulo de *Capital, saving and Credit in Peasant Societies* de Raymond Firth.

17 O PPGAS em 1970 estava situado provisoriamente na casa do Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais da Unesco, dirigido pelo Prof. Manuel Diegues Jr., na Rua Dona Mariana em Botafogo. Graciarena era professor visitante, procedente da FLACSO no Chile.

18 Sociedades Campesinas foi uma tradução sutil de *Peasant Societies* feita por Roberto Cardoso de forma a evitar, com o efeito de distanciamento e esoterismo acadêmico deste espanholismo, a atenção negativa de autoridades para o termo português correspondente de “camponesas”, considerado na época subversivo.

sentava para mim a entrada numa literatura inteiramente nova, mas mantendo uma ligação com as preocupações de estudo que eu tinha sobre formas não capitalistas de sociedade. No segundo semestre de 1970 fiz um curso com Shelton (Sandy) Davis, “Poder e Propriedade da Terra em Sociedades Camponesas”, do qual participava Moacir Palmeira, quando tomei contato com a literatura sobre antropologia do direito que depois viria a ser organizada em coletânea por Sandy na Editora Zahar. E um segundo curso com Moacir, “Estrutura Social do Brasil (Avaliação de Modelos)”, que destrinchava a literatura por ele utilizada em sua tese de doutorado recém-escrita ou em finalização, “Latifundium et Capitalisme; lecture critique d’un débat”. O que foi para mim uma revelação percorrer ao mesmo tempo uma leitura instrumental sobre a análise da produção intelectual (Foucault, Bourdieu, Althusser) e uma leitura substantiva sobre a questão agrária brasileira e sobre o sistema de plantation. Isto nos proporcionava o manuseio simultâneo dos instrumentos para o exercício da reflexividade sobre os produtos intelectuais e das ferramentas para a construção de objetos alternativos aos então prevalentes. O curso, além disso, iria funcionar de forma reativada um ano e meio depois quando tive a experiência de meu primeiro trabalho de campo na zona da mata de Pernambuco, área onde se desdobrava empiricamente o projeto de Moacir delineado em sua tese de doutorado, seguindo a análise etnográfica do sistema da plantation, linha através da qual seu projeto rompia com o circuito intelectual que fazia estacionar o conhecimento sobre

Como trabalho final deste curso fiz uma resenha de *Penny Capitalism* de Sol Tax.

as relações sociais no campo, debatendo-se em macro-teses sobre a caracterização de relações feudais ou capitalistas na agricultura brasileira¹⁹.

Em 1971 fiz cursos cujos trabalhos finais acabaram rendendo duas de minhas primeiras publicações de artigos em revistas. Foram eles Organização Social e Parentesco, por Roberto da Matta, e Sistemas Econômicos Tribais, por Luiz de Castro Faria. Um terceiro curso que fiz naquele ano foi o de “Análise de Sistemas de Representações” dado por Lygia Sigaud²⁰.

Terminei primeiro o trabalho para o curso de Castro Faria, que foi o introdutor da literatura sobre antropologia econômica no PPGAS. As turmas que me antecederam no PPGAS haviam feito o curso de economia tribal de Castro Faria (disciplina que ele conhecia desde o *Economic Life of Primitive People de*

19 Palmeira havia elegido esta área como desdobramento empírico para o desvendamento da formação social específica da *plantation* (a partir de Sidney Mintz e Eric Wolf), noção que romperia com as vicissitudes do anterior debate feudalismo x capitalismo nas relações sociais presentes na agricultura brasileira que sacudia o campo político e intelectual entre os anos 1930 e 70, e que seria mais pertinente à complexidade das transformações ocorridas no mundo dos engenhos e das usinas açucareiras. Outra subárea no Nordeste do projeto geral de pesquisa do PPGAS coordenado por Roberto Cardoso, o *Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional* (envolvendo o Centro-Oeste e o Nordeste) localizava-se no Cariri cearense, onde Neuma Aguiar tinha outro subprojeto e Rosilene Alvim (aluna da primeira turma do mestrado) fez sua dissertação de mestrado sobre o artesanato do ouro em Juazeiro do Norte.

20 O curso percorria uma literatura em torno das representações coletivas (Marx, Durkheim & Mauss, Lévi-Strauss, Bourdieu e outros), temática esta que já havia sido o foco de suas primeiras idas ao campo para estudar os trabalhadores rurais nos engenhos na zona da mata de Pernambuco. Assim, ao lado de Moacir Palmeira, responsável pela área do Nordeste no projeto *Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional*, e que orientaria a maior parte das equipes subsequentes que se incorporaram ao estudo da área canavieira, Lygia Sigaud já teria um interesse próprio bem definido “no estudo das categorias através das quais os grupos humanos ordenam o mundo social”, para assim analisar as categorias usadas pelos trabalhadores rurais da *plantation* em relação à sua concepção de tempo, assim como em relação à hierarquia daquele mundo social específico (Sigaud, 2008).

Melville Herskovits). Castro animou-se a repetir o curso, sob o título de “Sistemas Econômicos Tribais”, já com uma roupagem e programa de leitura de “Antropologia Econômica”, em 1971, e se animou com a presença de ex-economistas (que ainda ganhavam a vida como economistas) como Marie-France Garcia (recém entrada no PPGAS em 1971), Afrânio e eu. Como trabalho de curso fiz uma leitura crítica (com uma inclinação marxiana) de Karl Polanyi (sobretudo de seus textos “The place of economy in society” e “The economy as an instituted process” incluídos em *Trade and Markets in the Early Empires*) e do debate entre formalistas e substantivistas na Antropologia Econômica nos anos 60²¹.

Assim, a minha preocupação mais geral com a crítica da Economia, ciência social que se tornou instrumento de poder e se radicalizou com a visão neo-clássica, bem como com a crítica do economicismo no marxismo -- que passava também pela discussão da especificação histórica das categorias as mais abstratas, que eu havia lido na Introdução à Crítica da Economia Política -- encontrava novas perspectivas nas sistematizações e debates da antropologia econômica que então eu acompanhava e da qual me apropriava criticamente.

Já para o curso que fiz com Roberto da Matta apresentei um trabalho sobre as relações de parentesco que apareciam nos romances do ciclo da cana de José Lins do Rego. Na realidade o trabalho foi redigido

21 “Sobre Um Debate da Antropologia Econômica: a Economia Política de Polanyi”. América Latina (Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais) n°s 3/4, 1971, Rio de Janeiro. (Ver também menção ao artigo no verbete “Antropologia Econômica” feito por Leonarda Musumeci para o Dicionário CPDOC).

em 1972, após extensão generosa de prazo concedida pelo professor, depois de minha primeira ida a campo ao mundo açucareiro. O texto foi discutido longamente com Moacir Palmeira, e foi enviado à Revista de Ciências Sociais do Ceará por intermédio de Neuma Aguiar. Depois Gilberto Velho propôs incorporar o artigo em sua coletânea sobre arte e sociedade²².

Paralelamente, em 1971, pedi uma licença da FINEP para incorporar-me a um projeto temporário sobre os salários dos trabalhadores industriais do Rio de Janeiro, a ser realizado durante aquele ano no Instituto de Desenvolvimento da Guanabara (IDEG), órgão técnico vinculado à Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. A proposta foi feita por Roger Walker, sociólogo de origem inglesa com formação de engenheiro, então professor no PPGAS, junto ao IDEG, e tinha por objetivos analisar os dados estatísticos sobre a mão de obra industrial do estado. Tal projeto, que viria justificar um financiamento do SESI ao IDEG, visava analisar as estatísticas do então Departamento Nacional de Mão de Obra (DNMO), do Ministério do Trabalho, e tinha a perspectiva de entrevistar gerentes de recursos humanos das empresas e, por último, entrevistar uma amostra de trabalhadores. Se tudo desse certo e a derradeira etapa do projeto fosse cumprida eu poderia ter acesso a dados que servissem para uma dissertação de mestrado. (A atração pelo que se passava dentro das fábricas, despertada desde a situação excepcional que eu havia encontrado na porta delas na grande Paris

22 “Relações de Parentesco e de Propriedade nos Romances do Ciclo da cana de José Lins Rêgo”, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, Vol. 4, nº 1, 1o. semestre de 1973. Também in: Arte e Sociedade; Ensaios de Sociologia da Arte; Gilberto Velho (org). Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

de maio e junho de 1968 parecia ter voltado na situação tão diversa do Rio de Janeiro pós-AI-5). Mas nunca se chegou a entrevistar trabalhadores no contexto daquela instituição. No entanto da análise das estatísticas pudemos fazer análises interessantes, acrescidas das informações provenientes de entrevistas com os gerentes de pessoal (em particular os de uma associação informal entre eles, o GRUPISA, grupo de informações salariais entre as empresas), sobre horas trabalhadas, salários e a conjuntura do mercado de trabalho em diversos setores industriais. Com informações da pesquisa sobre padrão de vida que José Albertino Rodrigues havia feito para o DIE-ESE em 1969 e que ele nos forneceu, pudemos apresentar um texto sobre o salário das mulheres em um dos workshops promovidos por Roberto Cardoso no PPGAS²³. No projeto trabalhávamos eu e a socióloga Rosa Ribeiro da Silva e estagiários. Afrânio, que já trabalhava no IDEG sobre pesquisas de formação de mão de obra em associação com o SENAI, preferiu não entrar nessa pesquisa temerária para a instituição. Mas conseguimos chegar ao relatório final apresentando um material relevante, dado o escopo do projeto²⁴.

Terminada essa pesquisa, minha perspectiva de dissertação voltava-se para o estudo de um processo e/ou de um grupo social dentre os que se ofereciam

23 “Os Salários das Mulheres e suas Repercussões sobre a Família da Classe Trabalhadora”, (ms) apresentado no 2º semestre de 1971 ao Simpósio Interno de Pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da UFRJ e Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais.

24 “Os Salários dos Trabalhadores Industriais da Guanabara” (mimeo), 1971. Relatório final de uma pesquisa de equipe, junto ao Instituto de Desenvolvimento da Guanabara, pesquisa esta realizada de abril a dezembro de 1971. Roger Walker entretimes havia saído deste projeto em benefício de outros empreendimentos.

como possibilidades dentro do projeto sobre a zona da mata pernambucana que Moacir Palmeira coordenava no interior do projeto de pesquisa fundante do PPGAS, o Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional, coordenado por Roberto Cardoso e David Maybury Lewis. Da lista de temas possíveis arrolados por Moacir, antevistos em sua ida ao campo em 1969 e 1970, com Lygia Sigaud, constava o de operários industriais das usinas de açúcar. O tema possivelmente fosse menos estratégico para a pesquisa de conjunto sobre a dinâmica do sistema de plantation que Moacir tinha delineado desde sua tese. O crescimento das feiras nas cidades da zona da mata, fazendo declinar o poder social dos barracões de engenhos e usinas, assim como a emergência por um lado de um campesinato periférico abastecendo tais feiras, e, por outro lado, a proletarização dos moradores com sua expulsão das propriedades e o surgimento naquelas cidades de bairros de trabalhadores a serem contratados por empreiteiros para continuarem a trabalhar na cana (e fazendo-se somar à nova demanda pelos produtos daquelas feiras), constituíam-se nos elementos centrais daquela dinâmica. Mas eu havia recém finalizado uma pesquisa sobre trabalhadores industriais através de estatísticas e entrevistas com gerentes, frustrado por não conseguir incluir no seu desenrolar entrevistas com os próprios operários (e a curiosidade despertada no portão das fábricas francesas parece que permanecia)... E eu escolhi os operários de usina de açúcar, o que havia de fabril no mundo rural da plantation, para estudar.

Pelas anotações de entrevistas com agentes sociais da área que Lygia Sigaud tinha registrado em fichas

sobre a produção na usina e seus trabalhadores industriais, pude formular um pequeno projeto de pesquisa ainda no Rio de Janeiro. O desafio antevisto já pela experiência anterior de Palmeira e Sigaud, a saber, a dificuldade de conseguirem entrar nos engenhos e propriedades rurais para ali entrevistarem seus moradores, colocava-se a fortiori para a entrada nas usinas. Um outro desafio era o de enfrentar o viés industrial do trabalho de campo (e o da bibliografia a ser lida subsequente), sozinho, enquanto os outros membros da equipe de pesquisa podiam compartilhar referências de campo semelhantes (informantes-chave para a introdução no campo, instituições de apoio como os sindicatos municipais de trabalhadores rurais e sua federação em Recife, literatura de referência comum). Minha rede de introdução ao trabalho de campo passava pelo sindicato de trabalhadores industriais que só tinha uma sede em Recife e não as tinha nos municípios, mas apenas delegados residentes nas próprias vilas operárias ou cidades próximas às usinas. E este sindicato não tinha a mesma afinidade com os pesquisadores construída anteriormente por Palmeira e Sigaud com relação a sindicalistas de Palmares, Carpina, Nazaré da Mata, e sobretudo os dirigentes da federação dos trabalhadores rurais. Nas reuniões periódicas que fazíamos entre os pesquisadores no campo, essa singularidade relativa de minha pesquisa se evidenciava, embora pudesse aproveitar do quadro comparativo também mais por contraste do que por semelhança²⁵. Para

25 Os pesquisadores incluídos nesta empreitada coletiva de campo sobre a zona da mata canavieira de Pernambuco, utilizando-se dos últimos recursos para pesquisa da dotação da Fundação Ford para o PPGAS no seu quinquênio inicial de 1968 a 1972, foram, além de Moacir Palmeira, coordenador do sub-projeto e de Lygia Sigaud, que já havia ido ao campo estudar as representações dos *moradores*

compensar esta relativa solidão eu contava com uma arma secreta, com a ajuda da colega Rosilene Alvim, mais adiantada no curso e que já havia feito trabalho de campo²⁶.

A experiência de discussão em equipe no campo, as atividades coletivas de pesquisa como a visita em grupo à usina em que acabei me estabelecendo para estudar; como a aplicação de questionários na feira de Palmares para a pesquisa de Moacir; e depois, na volta ao Rio, a apresentação de primeiras análises do material etnográfico em seminário dos pesquisadores no segundo semestre de 1972, fizeram com que vários trabalhos sobre a área, sob diversos ângulos,

dos engenhos (já tendo defendido sua dissertação de mestrado orientada por David Maybury-Lewis, "A Nação dos Homens; uma análise regional de ideologia" (Sigaud, 1976) e iniciava sua pesquisa sobre os trabalhadores expulsos das propriedades e que continuavam trabalhando na cana como *clandestinos*, termo que agora os caracterizava, formavam um time de mais seis pessoas: Beatriz Heredia (campesinato marginal à plantation; zona da mata norte); Afrânio Garcia Jr. (campesinato marginal à plantation; zona da mata sul), [ver Garcia Jr. e Heredia, 1971; Garcia Jr. 1978 e Heredia, 1979]; Roberto Ringuélet (os trabalhadores sazonais denominados de corumbas, que se incorporavam durante a safra da cana e provinham de áreas camponesas do Agreste pernambucano), [ver Ringuélet, 1977]; Vera Echenique (sindicalismo dos trabalhadores rurais e justiça trabalhista) e Luis Gatti (movimento sindical dos trabalhadores rurais).

26 Rosilene, que era da primeira turma do PPGAS (e que eu conheci nas confraternizações entre os ainda poucos estudantes e professores do Programa), havia participado do survey da pesquisa geral do Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional no Nordeste. Depois localizou-se em Juazeiro do Norte, no Ceará, onde pesquisava os artesãos do ouro para sua dissertação. Antes de dedicar-se à redação de seu trabalho final que tinha que defender ainda aquele ano, acompanhou-me na primeira parte decisiva de minha pesquisa de campo, que incluiu a entrada na área. Tive assim o privilégio de um aprendizado da etnografia na prática com uma colega mais experiente, que me transmitiu alguns dos segredos da arte. Além disso verificamos que havia uma confluência entre a dissertação dela, que já estava adiantada, e o que estava aparecendo para mim no campo, justamente sobre a categoria de arte. Os operários da manutenção das usinas se chamavam de artistas, porque tinham profissões qualificadas (como torneiro, caldeireiro, serralheiro, mecânico), e se consideravam artistas. Então como ela estava vendo a centralidade para os artesãos dessa categoria de arte (arte industrial, ofícios, oficial), isto aparecia lá também, e nos chamou a atenção.

fossem produzidos, configurando uma expertise própria e um certo carisma de grupo.

A expectativa da maior parte dos integrantes desse grupo de pesquisa era o de conseguir voltar a fazer uma segunda viagem de campo (nesse momento os prazos das dissertações eram mais elásticos que hoje). No entanto no segundo semestre de 1972 estava se completando o período previsto para o financiamento ao Programa por parte da Fundação Ford, o que colocava em perigo a sua sobrevivência e continuidade. Foi este o momento também em que o fundador e primeiro coordenador do PPGAS, Roberto Cardoso de Oliveira viu esgotadas suas possibilidades de ascensão funcional no Museu Nacional e aceitou um convite para fundar um programa de antropologia na UnB, juntando-se a ex-alunos e colegas que já lá se encontravam. Assim, aquilo que inicialmente se colocava para nós mestrandos da equipe da zona da mata de Pernambuco, de batalhar por uma segunda ida ao campo, passava a um nível de urgência maior e a uma esfera mais abrangente, estando em jogo o futuro do Programa e a permanência nele da maioria de seu quadro docente até então pago com recursos da Fundação Ford. A batalha por novos recursos estava assim nas mãos do novo coordenador do PPGAS, Prof. Roberto da Matta, com a colaboração dos professores que, como ele, tinham vínculo funcional já estabelecido com a UFRJ: nosso decano no Departamento de Antropologia Luis de Castro Faria, Yonne Leite, Gilberto Velho (que era professor do IFCS-UFRJ e acabava de ser transferido para o Museu Nacional), e um pouco depois Giralda Seyferth (transferida do setor de Antropologia Física

do Departamento). Mal sabíamos que eu mesmo e Afrânio Garcia Jr., situados como economistas da FINEP, poderíamos presenciar o crescimento tanto daquela agência do Ministério do Planejamento quanto da presença das ciências sociais nas preocupações de seus novos dirigentes quanto ao financiamento à ciência e tecnologia. De fato, a FINEP fora criada na administração Roberto Campos do referido ministério para estimular a racionalidade das empresas privadas e públicas através do financiamento a seus projetos de pré-investimento. Para isto aquela financiadora pública não necessitava de um quadro técnico muito grande. Mas com a troca de dirigentes no Ministério, a presidência da FINEP foi assumida por José Pelúcio Ferreira no início de 1972, funcionário de carreira do BNDE, que havia iniciado naquele banco estatal um programa de financiamento à ciência e à tecnologia (o FUNTEC), e que tinha assim contatos e pretensões junto ao meio universitário na área das ciências físicas e biológicas. Em pouco tempo a FINEP foi assumindo e ampliando as atribuições do antigo FUNTEC do BNDE, e as finalidades da instituição foram pendendo para o lado do financiamento científico e tecnológico e penetrando em áreas de competência do Ministério da Educação quanto ao financiamento às pós-graduações. No interior da instituição, através de um setor denominado de Grupo de Pesquisa da FINEP, pudemos abrir uma frente in-testina de presença ostensiva de uso das ferramentas críticas das ciências sociais e em particular da antropologia social que vínhamos aprendendo no mestrado do PPGAS. E nos conformarmos a, ao invés de poder investir num segundo campo, tratar de criar as

condições de legitimamente redigir partes de nossas respectivas dissertações como relatórios internos de pesquisa.

Mas antes de falar sobre os resultados de minha própria dissertação que resultou deste investimento coletivo, gostaria de apresentar a produção de transição, de “ajuste de contas”, e de análise crítica da produção dos economistas, efetivada com ferramentas antropológicas, paralelamente ao curso de mestrado. E que puderam ter alguma serventia ao colocar-nos em cena com economistas no interior de instituições do Ministério do Planejamento interessados no que eventuais pesquisas antropológicas poderiam oferecer para melhor focalizar a face social das questões abertas ou aprofundadas com as conseqüências do “milagre econômico brasileiro”.

De volta do IDEG/FIRJAN para a FINEP, houve a possibilidade ali de realizar uma análise crítica de uma produção dos economistas situada, no entanto, no pólo mais crítico à política econômica do governo militar, mas ainda encerrada num consenso no dissenso de pressupostos economicistas que me interessavam ultrapassar. Esta produção foi realizada no interior do já mencionado Grupo de Pesquisa da FINEP. Inspirada na observação cotidiana das práticas dominantes na corporação dos economistas, mas tendo condições de possibilidade de um distanciamento das urgências institucionais, pude realizar uma análise por assim dizer reflexiva no âmbito daquele grupo de pesquisa. Do relatório produzido pude enviar sob forma de artigo, um texto para a Revista de Administração de Empresas da FGV de São Paulo, cujo editor de então, Sergio Miceli, fora colega pró-

ximo de Lygia Sigaud na Sociologia da PUC, e havia solicitado a ela e a Moacir Palmeira a indicação de artigos para a revista. O artigo foi finalmente publicado, não sem antes eu ter que sustentar as posições escritas e polemizar com um parecerista anônimo da revista que defendia posições da ortodoxia economista e assim reverter, com a simpatia do editor, uma indicação negativa inicial de publicação. Por ter sido elogiado por Maria da Conceição Tavares, o artigo foi posteriormente incorporado numa coletânea reunindo textos do debate sobre a distribuição de renda, havido durante a primeira metade da década de 70²⁷. O artigo, cujo título (“leitura crítica”) denota a utilização de ferramentas para o entendimento de debates intelectuais exercitadas em cursos do PPGAS e com a leitura da tese de Moacir Palmeira, situa a controvérsia da distribuição de renda no campo intelectual dos economistas e aponta para o paradoxo compreensível da existência do debate por meio de uma linguagem esotérica e incompreensível do público no contexto da ausência de debate público na conjuntura mais repressiva do regime militar. E mostrava como mesmo os economistas menos conformistas no interior de instituições de pesquisa governamentais ou para-governamentais (IPEA, FGV) subestimavam os efeitos de desigualdade e de dominação, presentes por detrás da distribuição de renda, por não considerarem rendimentos e relações sociais não-monetárias ou então os considerarem somente sob a ótica de sua redução a imputações monetárias. O instrumental

27 Sobre o Debate da Distribuição de Renda: Leitura Crítica de um Artigo de Fishlow”. *Revista de Administração de Empresas*, na Fundação Getúlio Vargas, setembro de 1973, São Paulo. Publicado também em *Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, Ricardo Tolipan & Arthur Tinelli (eds.), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

da antropologia econômica e o diálogo de Bourdieu com os estatísticos por ocasião de sua etnografia sobre os trabalhadores argelinos (com sua crítica ao “fetichismo da estatística”), deram suporte para essa análise crítica. A este artigo se seguiu um outro de teor semelhante, centrando-se num texto produzido no interior do IPEA sobre a temática do desemprego e subemprego²⁸.

Nossa entrada no circuito de economistas simpáticos às ciências sociais no interior das instituições do Ministério do Planejamento (que incluía, além de técnicos da FINEP, outros do IPEA/CNRH, e ainda do IBGE, então presidido por Isaac Kerstenetsky) foi configurando a possibilidade de apresentação de um projeto coletivo, a ser nucleado pelos pesquisadores que estudavam a zona da mata de PE (na procura por soluções para uma nova ida ao campo por parte dos mestrandos e para a manutenção dos professores do PPGAS presentes neste mesmo empreendimento de pesquisa), para financiamento, em torno da face social da questão do emprego. A formulação inicial de um projeto coletivo, sob a coordenação de Moacir Palmeira, foi feita por ocasião da possibilidade de sua apresentação para financiamento ao Banco Mundial, já sob o título de “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste”. A tramitação deste projeto pelo Ministério do Planejamento (para ele ser financia-

28 “Notas críticas sobre o ‘Desemprego e Subemprego no Brasil’”, coleção de comunicações do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (mimeo), 1977; depois publicado por Charles Pessanha em *Dados*, nº 18, Rio de Janeiro, 1978. Afrânio Garcia Jr. produziu também textos para o projeto comum que servia de guarda-chuva para essas atividades críticas à uma produção econômica prevalente escolhida, que se denominava “Projeto Qualidade de Vida”. Dentre outros textos Afrânio produziu “Comentários sobre ‘Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão de Obra no Brasil’”, crítica ao artigo feito por Bacha, Mata e Mondenesi.

do pelo Banco Mundial haveria necessidade de sua aprovação pelo governo brasileiro) foi brecada pela negativa do secretário-geral do Ministério no decorrer de 1973. Este resultado chegou ao conhecimento do presidente da FINEP José Pelúcio, que, junto com o aval de Isaac Kerstenetsky pelo IBGE, se sentiu atraído a financiar o projeto. Para isso seria feita uma articulação institucional entre FINEP, IBGE e IPEA para respaldar o projeto ante o parecer desfavorável anterior. Isto se prolongou até 1975, quando afinal o projeto foi aprovado. Mas tal tramitação que se tornou arrastada teve a vantagem de atrair a atenção do presidente da FINEP para o PPGAS-MN, então em crise com a saída do financiamento da Fundação Ford, e para incluir o Programa como beneficiário inicial de um financiamento que se estendia das pós-graduações nas áreas de ciências naturais para as de ciências sociais. O PPGAS-MN passou ainda em 1973 a ter financiamentos institucionais da FINEP. E a mesma articulação entre FINEP-IBGE-IPEA/CNRH teve sua influência na pressão havida sobre a reitoria da UFRJ para que fossem contratados por aquela universidade diversos professores do PPGAS anteriormente mantidos de forma instável por projetos de duração limitada.

A redação de minha dissertação de mestrado foi assim desencadeada sem a pretendida segunda ida a campo. Apesar do tempo exíguo de permanência contínua na usina, explicada pela natureza fechada da empresa industrial, consegui um bom material recolhido de forma intensiva. A dissertação centrou-se na descrição etnográfica do trabalho dos operários do açúcar através do seu pensamento sobre sua

prática econômica. O estudo vinha preencher uma lacuna na literatura referente à organização social da plantation, tanto brasileira quanto estrangeira, a qual tendia (e ainda tende) a dar maior destaque aos grupos sociais ligados à parte agrícola em detrimento de sua parte industrial. Por outro lado, ao privilegiar o ponto de vista e as explicações dos próprios trabalhadores como material para análise, o estudo apresentava um modo determinado de observar um grupo pertencente à classe operária, implícito no modo de observação etnográfica, que constituía, segundo me parecia, uma contribuição até então pouco comum para os estudos que vinham sendo feitos sobre setores determinados dos trabalhadores brasileiros. O fato do segmento da classe operária estudado ter sido uma fração organicamente ligada à agricultura e vista de forma aparente e superficial como “atrasada” tanto do ponto de vista da organização da produção quanto do ponto de vista político²⁹, pode paradoxalmente ter contribuído para que eu fosse ressaltar a busca da anatomia interna desse grupo social, suas diferenciações e contradições internas, buscando a sua insatisfação com a ordem social lá de onde as aparências para observadores externos nada indicam nem registram. A redação da dissertação beneficiou-se da discussão havida entre os membros da equipe de pesquisa sobre seus respectivos objetos. Além disso, uma parte da equipe fez uma leitura coletiva do Livro 1 do Capital de Karl Marx que muito beneficiou minha dissertação. Também as leituras sobre representações coletivas e formas de classificação (Durkheim-Mauss, Levi-Strauss) foram particular-

29 Esta última característica sendo realçada pelo contraste com a intensa mobilização social havida historicamente entre os trabalhadores rurais.

mente importantes para o primeiro capítulo tratando da diferenciação interna dos operários do açúcar através de auto-definições e definições cruzadas entre os diferentes subgrupos assim como sobre a forma diferencial em que descreviam o processo de trabalho. Tal tratamento, internalista e micro, acabou orientando os capítulos subseqüentes sobre a jornada de trabalho, o salário e o mercado de trabalho específico, vistos do ângulo dos operários segundo sua diferenciação interna. Na introdução da dissertação há uma argumentação para a consideração da relevância do estudo da cultura específica das classes dominadas das sociedades complexas através de sua reinterpretação criativa de mensagens das classes dominantes ou do senso comum naturalizado. (Isto era reforçado, no caso empírico em questão, pela produção de obras sem autoria reconhecida feitas pelos operários de manutenção, denominados de artistas, incrustadas nas máquinas e instalações industriais por eles reparadas). Há também a utilização, para a análise da usina e sua dominação sobre a própria esfera doméstica dos operários, do arsenal interacionista utilizado por Goffman na sua caracterização de instituição total, embora a presença da família dos operários nas vilas das usinas atenuem a definição estrita daquelas instituições, incompatíveis com a presença de famílias. De qualquer modo, a dificuldade de entrada do pesquisador (eu mesmo) no seu interior reforça esta situação de quase-instituição total – cuja natureza é mostrada dramaticamente para o antropólogo no limiar de sua entrada em campo – que foi explorada para detalhar de forma analítica e reflexiva as condições de produção do trabalho acadêmico a partir dos

constrangimentos e possibilidades do trabalho de campo. Também uma reflexão sobre o fetichismo do salário procurava mostrar as bases objetivas, e percebidas pelos operários, da equivalência ilusória ente salário e valor segundo as especificidades da própria posição diferencial dos operários na produção. Tais bases objetivas e percepções impediam reivindicações operárias (como um hipotético terceiro turno na sessão de fabricação do açúcar, que viria diminuir as longas jornadas de trabalho), mas ao mesmo tempo revelavam muito do que deveriam esconder, permitindo o questionamento da relação direta, comum na literatura sobre as classes sociais (e inclusive na literatura das ciências sociais brasileiras sobre a classe operária), entre ideologia e falsa consciência.

A dissertação foi examinada por Roberto da Matta e Otávio Velho, como argüidores, sendo Moacir o orientador (em sessão não pública como era o procedimento na ocasião), em maio de 1975. A publicização da tese se deu numa maratona de apresentações e discussões em São Paulo, segundo contatos feitos com colegas da Unicamp, da Ciência Política da USP (onde então se abrigava grande parte da Antropologia daquela universidade) e do CEBRAP³⁰.

30 Na Unicamp lembro-me de termos combinado com Antonio Barros de Castro e Sergio Silva; na USP com Ruth Cardoso, Eunice Durham, Francisco Weffort e Leôncio Martins Rodrigues. No CEBRAP já tínhamos iniciado um diálogo inter-institucional entre os dois centros de discussões alternadas de trabalhos na casa do outro. Uma primeira discussão foi sobre a tese de doutorado de Otávio Velho, "Capitalismo Autoritário e Campesinato", lá no CEBRAP, seguida da apresentação e discussão no Museu de um artigo de José Arthur Gianotti, "O Ardil do Trabalho". A discussão sobre minha dissertação constituiu-se na terceira sessão, realizada lá. Os trabalhos eram copiados e lidos pelos pesquisadores da instituição anfitriã. Para cada discussão compareciam as respectivas delegações da instituição de fora: lembro-me de ter acompanhado a discussão de Otávio, junto com Moacir e outros colegas; Moacir e Otávio me acompanharam na Unicamp e na USP; no CEBRAP eles também o fizeram, mas outros colegas também vieram para esta última discussão. Então residentes em São Paulo estavam presentes

Por ter sido publicada na Editora Paz e Terra em dezembro de 1976, a dissertação, com o título retumbante de *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*, foi anunciada seguidamente no jornal semanal Opinião, cujo proprietário era o mesmo da editora, juntamente com outros livros. O livro foi resenhado favoravelmente por José Albertino Rodrigues (revista Visão), por Antonio Albino Canelas Rubin (no Cadernos do CEAS, Salvador), e pelos colegas Eduardo Viveiros de Castro (caderno de livros de O Globo) e Luís Fernando Duarte (Anuário Antropológico 1976). Em outubro de 1978 foi extraída uma segunda edição. Desde a primeira edição o livro contém um prefácio de Moacir Palmeira, um verdadeiro manifesto de pesquisa (onde se pode perceber a parcela de pesquisa de equipe incrustada no livro) onde desenvolve observações sobre “a teoria investida nos fatos”, que muito contribuiu para engrandecer a obra.³¹

Ainda sob a forma de tese, *O Vapor do Diabo* foi lido por Pierre Bourdieu, após a primeira visita de Monique de Saint Martin ao PPGAS-MN em 1976,

Sergio Miceli e Andrea Loyola. Fui argüido por Gianotti que reclamava de minhas “diabruras da fenomenologia”; Paul Singer, Otávio Ianni e Chico de Oliveira intervieram a favor de meu trabalho com simpatia. Quem presidia a mesa era Juarez Brandão Lopes, na ausência de Fernando Henrique, que estava viajando, e havia presidido a sessão sobre a tese de Otávio. Fernando Henrique, Eunice Durham e Geraldo Muller acompanharam Gianotti em sua sessão no Museu, presidida por Da Matta. Esses encontros renderam a indicação para publicação da tese de Otávio Velho pela Difel, na coleção “Corpo e Alma do Brasil” dirigida por Fernando Henrique; e da minha dissertação, por parte de Juarez Brandão Lopes, que integrava a coleção “Estudos Brasileiros” da Paz e Terra.

31 Na sua primeira edição o livro contava com uma apresentação sob a forma de orelhas por parte de Otávio Velho (a segunda edição saiu em capa dura, sem orelhas, pelas oficinas do então Círculo do Livro). Outras resenhas ou notas foram feitas na seção de livros da revista Veja, na coluna “Resenha açucareira”, do Jornal do Commercio de Recife, na coluna Informe JB do Jornal do Brasil.

representando o Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture da EHESS de Paris. Em dezembro de 1976 ele endereçou-me uma carta propondo um artigo para a revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (para um número temático, como todos eles eram, sobre trabalho e trabalhadores) com base no conjunto do material do livro, fornecendo em anexo à carta generosamente uma série de sugestões. Como eu estava às vésperas da partida, em janeiro, para o primeiro survey do projeto Emprego e Mudança Socioeconômica do Nordeste, que seria seguido por um primeiro trabalho de campo no meu subprojeto, contrapropus-lhe que publicasse um capítulo da dissertação. Ele respondeu mantendo em aberto o convite para um artigo nos moldes que ele havia proposto. Somente mais de dez anos depois, no pós-doutorado que fiz vinculado ao seu centro, pude eu perceber a maneira como eram trabalhados e re-trabalhados os artigos em tramitação para publicação naquela revista, que era então das mais cobiçadas por numerosos cientistas sociais, franceses e internacionais, pretendentes à publicação de artigos. De fato, na segunda metade dos anos 70, com a aprovação do financiamento ao projeto Emprego, do qual eu era um dos sub-coordenadores (o outro sendo Afrânio e o coordenador, Moacir), minhas energias estavam voltadas para o investimento em pesquisa no Brasil. Logo após o término do projeto, que se desenvolveu entre 1975 e 1977, veio praticamente ao mesmo tempo a realização do concurso para professor assistente e a entrada para a primeira turma do recém constituído doutorado do PPGAS. A perspectiva do artigo para o *Actes de la Recherche* foi ficando para trás. Por outro

lado chegou um convite para a publicação do livro por parte de Irving Horowitz, editor da Transaction Books, ligada à universidade de Rutgers, em New Brunswick, New Jersey. Este por sua vez recebeu a indicação do livro graças à generosidade de Howard Becker, que havia estado no PPGAS em 1978 e leu várias dissertações do Programa, entre as quais a minha. A concretização da publicação, no entanto, esbarrou nos custos de tradução do livro para o inglês³². Para não ficar aqui na linha do que poderia ter feito e não fiz, devo dizer que mais de trinta anos depois destas oportunidades perdidas a tradução do livro para o espanhol já está realizada e sua publicação na Argentina está prevista para novembro deste ano³³.

4. Tecelões, Vilas Operárias e a busca por uma Antropologia do Trabalho

O meu projeto para o doutorado se apoiava na pesquisa de campo feita em dois períodos de quatro meses nos anos de 1976 e 1977, durante a vigência do Projeto Emprego, e desenhava um desdobramento lógico de meu trabalho sobre os operários do açúcar. Ele tratava dos operários têxteis de uma fábrica cuja vila operária deu origem a uma cidade. A mes-

32 Nesta tentativa houve apoios, além de Howard Becker, também de Gilberto Velho, então coordenador do PPGAS, que escreveu cartas de recomendação solicitando financiamentos à tradução, bem como de Shelton Davis, escrevendo em apoio junto à editora norte-americana.

33 No decorrer destes anos, o apoio à pesquisa tem aumentado e pude agora mobilizar recursos para custear a tradução para o espanhol (feita com perfeição por Andrea Roca, doutora pelo PPGAS). A mobilização de jovens antropólogos argentinos como Hernan Palermo, Cythia Rivero e Julia Soul (ligados ao Centro de Estudios e Investigaciones Laborales do CONICET), para a edição, foi também fundamental.

ma situação de um complexo fábrica e vila operária encontrada nas usinas reproduzia-se historicamente em muitas fabricas têxteis da área metropolitana do Recife, e o seu estudo poderia iluminar um padrão recorrente de relações sociais no período inicial de industrialização no país (e não somente em seu período inicial). Durante o projeto Emprego e Mudança Social no NE, eu havia apresentado a “situação-tipo” fábrica com vila operária como subprojeto próprio. Pelo fato conhecido de historicamente ser a maior fábrica da região, e pelo fato de conseguir delinear previamente contatos de entrada em campo, decidi localizar-me em Paulista, na área metropolitana do Recife. Também localizou-se ali Rosilene Alvim, para estudar as características das famílias operárias daquela mesma cidade.³⁴

A experiência do Projeto Emprego, no qual atuei como sub-coordenador ao lado de Afrânio Garcia Jr., sendo Moacir Palmeira o coordenador, foi uma experiência rica, ao reunir uma grande equipe de pesquisadores, e do qual resultaram um número significativo de teses de doutorado e dissertações de mestrado³⁵. Participei do primeiro survey (no início de 1976) feito por Moacir Palmeira, Luiz Antonio Machado da Silva e eu mesmo, que percorreu áreas

34 Tendo apresentado sua dissertação sobre “A Arte do Ouro”, entre os ourives de Juazeiro do Norte, Rosilene havia apresentado um subprojeto sobre artesanato nas indústrias rurais espalhadas por algumas áreas do Nordeste. No entanto como estava grávida de nosso segundo filho, ela resolveu apresentar outro subprojeto e engajar-se de forma localizada no estudo das famílias em Paulista ao invés de circular por diferentes áreas do sertão.

35 Ver Memorial de Titular de Moacir Palmeira, 1994. No mesmo período, e fruto de negociações entre antropólogos do PPGAS-MN e da UnB, por um lado, e da FINEP, por outro, foi realizado o projeto “Hábitos Alimentares em Camadas de Baixa Renda”, coordenado no PPGAS-MN por Otávio Velho, e que também propiciou uma série de dissertações.

de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí. Machado e eu éramos responsáveis, no projeto, por sua parte urbana. Um outro survey foi feito no segundo semestre de 1976, incorporando mais pesquisadores, mas do qual não participei. Havia feito campo no primeiro semestre em seguida ao primeiro survey e fiquei no Rio redigindo o que seria o primeiro texto que fiz sobre os trabalhadores têxteis, sob o título de “Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa”³⁶. Com Machado, redigi a introdução do volume reunindo os estudos sobre trabalhadores urbanos do Projeto, delineando uma dinâmica dos processos em curso envolvendo os diferentes tipos de trabalhadores analisados³⁷.

A análise da fábrica com vila operária (ou mais amplamente da empresa e da esfera doméstica de seus empregados, direta ou indiretamente sob controle da primeira), inicialmente focalizada na usina e tributária dos fenômenos de “imobilização da força de trabalho” apontada na literatura sobre *plantation* (Wolf, Mintz, e trabalhada por Palmeira desde sua tese de doutorado), e depois estendida para o caso de fábricas têxteis, acabou servindo de inspiração para outros colegas em estudos sobre situações

36 Publicado em Leite Lopes, José Sérgio et alii. *Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação (Estudos Sobre Trabalhadores Urbanos)*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

37 Introdução: Estratégias de Trabalho, Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica de Trabalhadores Urbanos (juntamente com L.A. Machado da Silva), in Leite Lopes, José Sérgio et alii, *Mudança Social no Nordeste. A Reprodução da Subordinação (Estudos sobre trabalhadores urbanos)*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979. Série Estudos sobre o Nordeste. O volume incluía textos de Rosilene Alvim, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Maria Cristina Marin, Amélia Barreto Teixeira, além de Machado e eu mesmo. Entre os colegas do Projeto Emprego na parte rural estavam além de Afrânio e Moacir, Beatriz Heredia, Neide Esterici, Alfredo Wagner, Regina Novaes (nossa eterna vizinha), Leilah Landim, Doris Rinaldi, Eliane Cantarino. Cf. Anuário Antropológico 76.

de trabalho como em automobilísticas (Ramalho na FNM), siderúrgicas (Morel, e depois Lask, na CSN), cimenteiras (Neiburg, na Argentina), construção de barragens (Lins Ribeiro, em Yaciretá), minas de carvão (Eckert e depois Cioccarri, no Rio Grande do Sul e na França), minas de ferro a céu aberto (Minayo, em Itabira, MG), alumínio (Antonaz, em Barcarena, Pará), indústria química (Fontes na Nitroquímica em São Miguel Paulista), entre outros.

Na entrada em campo em Paulista, tomamos, eu e Rosilene, precauções já no Rio de Janeiro. Não queríamos repetir a experiência de dificuldades e de espera em campo para a entrada na usina de açúcar. Na época, entre 1975 e 1976, tínhamos contatos na Pastoral Operária de Nova Iguaçu³⁸, onde freqüentávamos trabalhos de educação popular. Conhecemos então o ativista sindical metalúrgico Joaquim Arnaldo, que havia sido militante da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária. Ele nos recomendou que procurássemos em Recife Luiz Barros da Silva, como ele, ex da JOC e militante da ACO, que havia começado a vida em Paulista. Também tivemos indicações de Luiz Barros pela Irmã Albertina, da or-

38 Algum tempo depois assessoramos esta mesma pastoral operária na coordenação de uma pesquisa feita por trabalhadores de bairros de Nova Iguaçu, e depois publicada. Ver “A Condução do Trabalhador”. JSLL juntamente com Maria Rosilene Barbosa Alvim e Comissão de Transporte da Pastoral Operária da Diocese de Nova Iguaçu. *In Pesquisa Participante (org)*. Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo Ed. Brasiliense. 2º semestre de 1981. pgs. 63-85. Deste mesmo período são os artigos “A Construção do Movimento dos Operários da Construção”. JSLL juntamente com Rosilene Alvim, *in Trabalhadores Urbanos no Brasil/1980 - Aconteceu*. CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação. São Paulo, junho de 1981, pgs. 34-35; e “Metalúrgicos do Rio e Niterói: ligações entre os conflitos de 1980 e as lutas do passado”. JSLL juntamente com Maria Rosilene Barbosa Alvim, *in Trabalhadores Urbanos no Brasil/1980 idem, ibidem*, pp. 20-23; assim como, poucos anos depois, “A Formação de uma Cultura Operária: Fábrica, Sindicato e Família”, *Tempo e Presença*, (Revista mensal do CEDI), nº 220, junho de 1987.

dem do Colégio Sion (e que a ela tivemos acesso por parte de um membro familiar da mesma ordem), que trabalhava na diocese de Olinda e Recife, e que coincidia de ser dele vizinha no bairro do Alto Jordão em Recife. Luiz Barros nos introduziu nas redes da ACO em Recife e em Paulista. Em Paulista tornamo-nos amigos, depois de sucessivas visitas durante mais de 30 anos, de uma rede de ex-jocistas (ex da JOC). Eles nos apresentaram a seus vizinhos e a conhecidos por eles julgados de relevância para a nossa pesquisa. De forma que a pesquisa em Paulista teve outras condições de possibilidade baseadas no acesso não controlado pela empresa às casas dos operários. De fato, o centro da atual sede municipal era a enorme vila operária que a Companhia de Tecidos Paulista construiu ao longo da primeira metade do século XX, mas desde o início dos anos 70 a companhia não exercia mais o controle assemelhado à de uma instituição total sobre a vila operária, a maioria das casas da qual tendo sido repassadas aos trabalhadores como indenização por seu tempo de serviço como empregados estáveis.

Enquanto no caso dos operários do açúcar eu havia encontrado uma concepção como de um tempo estrutural, regulado pelas sucessivas administrações e suas respectivas redes de confiança; no caso de Paulista, os operários nos mostraram de imediato uma concepção forte de historicidade e singularidade compartilhada, marcada por uma narrativa de acontecimentos³⁹. Havia como um modelo prescrite-

39 Tratei desta comparação de forma mais sistemática no artigo “História e Antropologia” - *Revista do Departamento de História Fafich/UFMG*, nº 11 (nº especial Anais do Seminário Fronteiras na História), Belo Horizonte, julho de 1992, pp. 76-96

vo que guiava a história de vida dos indivíduos e das famílias: origem camponesa, frequência de famílias rurais com mais filhas mulheres que filhos homens, crise de reprodução na área rural, recrutamento para a fábrica de preferência por agentes aliciadores da companhia que traziam famílias numerosas, ritual de agregação à companhia através da apresentação personalizada ao patrão, alocação aos postos de trabalho e às casas da vila operária, forte presença de trabalho feminino e infantil (este último entre os anos 1930 a 1950), pleno emprego e trabalho para todos os membros da família, distribuição de lotes de terra para roçados e hortas dos membros mais velhos das famílias, controle da vida social e do lazer, da vida religiosa e política por parte da companhia, carisma patronal, governo local de fato por parte da companhia, transbordamento da vila operária em uma cidade maior com diminuição do poder da companhia, existência de um movimento sindical de resistência à companhia com suas peripécias e oscilações políticas. Assim pude compor toda uma primeira parte da minha tese de doutorado sobre a especificidade de uma forma de dominação com base nas concepções dos operários sobre suas trajetórias, nas narrativas sobre as idiosincrasias patronais e as peculiaridades da vida social local.

Entretanto pude perceber, em conversas com colegas que estavam trabalhando com fontes históricas do século XX⁴⁰, que seria possível ter acesso a informações relevantes para a pesquisa através de fontes documentais escritas, como jornais, relatórios da empresa aos acionistas, arquivos de associações pa-

40 Entre os quais Maria Célia Paoli da Sociologia da USP e Dulce Pandolfi do Cpdoc.

tronais, arquivos privados. Em 1983 trabalhei no Arquivo Público de Pernambuco no seu acervo de jornais locais. Através de indicações de acontecimentos históricos relatados nas entrevistas com os operários, pude achar nos jornais notícias correspondentes que completavam as informações e abriam outras pistas. Por exemplo, como a CTP participou com sua milícia privada da mobilização de forças militares a favor do governo deposto de Pernambuco por ocasião da revolução de outubro de 1930, as notícias dos dias seguintes registraram a diligência policial enviada à casa grande da família Lundgren, proprietária da CTP, e ali apreendeu revólveres, fuzis e metralhadoras. Nos dias que se seguiram houve uma batalha de editoriais contra e a favor da diligência por parte de dois jornais do estado (Diário de Pernambuco contra a diligência e a favor dos proprietários; Diário da Manhã, a favor da diligência bem como a favor do governo provisório saído da revolução), com seus argumentos instrutivos sobre a realidade da atuação das milícias de vigias de empresas. Outro exemplo foi a greve dos operários desencadeada pela jornada normal de trabalho um mês após a publicação da lei em 4 de maio de 1932 e a subsequente desobediência da lei por parte da CTP, descrita por velhos operários em entrevistas e que pudemos seguir o seu desenrolar nos jornais. O desfecho deste conflito, que só se deu em outubro daquele ano, só nos foi desvendado pela correspondência de telegramas e cartas entre a CTP e o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro (então capital do país), nos arquivos deste centro depositado no atual Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro. Por outro lado, uma notícia de jornal sobre uma nota do

sindicato dos tecelões de Paulista que rebatia a insinuação de incitação à preguiça dos operários com a implementação da lei do repouso semanal remunerado, escrita em relatório da CTP aos seus acionistas, publicado em jornal local, ao citar a data da publicação do relatório, deu-nos a chave para reconstituirmos através do exame da imprensa daquela data, em todos os anos, a série histórica dos relatórios da companhia, de 1907 aos anos de 1970. Em suma, pudemos, eu e Rosilene Alvim, dispor de informações (e representações) dos nossos entrevistados em campo e ao mesmo tempo de informações e representações escritas, da imprensa, da empresa e do Estado. E assim procurarmos costurar os diferentes modos de informação numa narrativa e numa análise coerente de reconstituição. Tivemos assim um rico material empírico de origem etnográfica e também de origem historiográfica⁴¹. E pudemos também nos apoiar numa literatura de referência que prenunciava o posterior crescimento da chamada história cultural, como as obras de E.P.Thompson, Richard Hoggart, Rolande Treppe e Michelle Perrot.

O material assim acumulado rendeu, além dos livros citados na nota anterior, uma série de artigos publicados no Brasil e no exterior⁴².

41 Ver J.S.Leite Lopes, *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'*, São Paulo, Editora Marco Zero (co-edição com CNPq), 1988; e Rosilene Alvim, *A Sedução da Cidade; os operários-camponeses e a fábrica dos Ludgren*, Rio: Graphia, 1997.

42 A tese com o mesmo título do livro da nota anterior foi defendida em maio de 1986 e teve na banca Lygia Sigaud (orientadora), Francisco de Oliveira, Michael Hall, Castro Faria e Moacir Palmeira. Entre os artigos relacionados ao material coletado para a tese podem ser arrolados:

- "Uma memória social operária forte diante de possibilidades difíceis de patrimonialização industrial?". Em colaboração com Rosilene Alvim - IFCS-UFRJ. Livro eletrônico do II Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio da

5. Futebol e Classes Populares

Eu pretendia retrabalhar e publicar o material reunido para a tese durante o período de pós-doutorado que fiz entre 1988 e 1990, após passar o período dos dois anos anteriores na coordenação do PPGAS-MN (cumulativamente com a representação do Museu Nacional e do PPGAS no Conselho de Pós-Graduação-CEPEG, da UFRJ). Fui acolhido no Centre de Sociologie Européenne do Collège de France e no Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture, da EHESS de Paris, dirigidos por Pierre Bourdieu. Da

Ciência e Tecnologia. MAST-MCT, julho 2009

- "A Brazilian Worker's Autobiography in an Unexpected Form; Interweaving the Interview and the Novel", in Mary Chamberlain & Paul Thompson, *Narrative and Genre*. London and New York: Routledge, 1998, pp. 63-80. (em colaboração com Rosilene Alvim). Também publicado como "Uma autobiografia operária: a memória entre a entrevista e o romance", *Estudos Avançados*, 13 (37), dez. 1999, pp. 105-124.

- "Sobre formas comparadas de imobilização da força de trabalho: fábricas com vila operária tradicionais e grandes projetos", *Lusotopie - Enjeux Contemporains dans les Espaces Lusophones*, vol. 1996.

- "Vila operária e cidadania", *Sociologia e Política*, UFPR, Curitiba, n. 2, 2o. semestre de 1994. (em colaboração com Rosilene Alvim).

- "Lusine et la véranda; la théâtralisation de la domination patronale", *Etudes Rurales*, n.131-132, juillet-décembre 1993 (de fato a revista saiu em dezembro de 1994). Em colaboração com Rosilene Alvim.

- "Les jardins secrets de l'usine; Logiques paysanne et ouvrière dans la gestion de la main d'oeuvre industrielle au Brésil" em colaboração com M. Rosilene B. Alvim, *Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales*, n° 21, 4º trimestre 1991, pp. 71-98.

- "Lectures savantes d'un syndicalisme paradoxal; la formation de la classe ouvrière brésilienne et le syndicat 'officiel'", *Genèses*, n° 3, mars 1991, p. 73-96.

- "Familles ouvrières, familles d'ouvrières"; em colaboração com Rosilene Alvim. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 84, septembre 1990, pp.78-84. (também na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 14, ano 5, out. 1990, pp. 7-17).

- "Reconversions politiques d'une militance religieuse; la génération jociste dans une cité ouvrière textile du Nordeste brésilien"; em colaboração com Rosilene Alvim. *Biographie & Société/Life Stories*, n° 13; *Pratiques Sociales et Travail en Milieu Urbain*, n° 11, décembre 1989, pp. 33-54. (Trata-se de um número feito em co-edição por duas revistas, cada qual conservando sua respectiva numeração). Também publicado em *Antropologia Social*, comunicações do PPGAS, n. 4, nov. 1994, pp. 111-137.

supervisão, além de Bourdieu, também participava Monique de Saint Martin, que coordenava então os pesquisadores estrangeiros que freqüentavam aquele centro. A minha bolsa da CAPES era partilhada com Rosilene Alvim, que era a cabeça do casal, segundo a orientação da instituição de fomento, e ela também estava vinculada aos mesmos centros de acolhida.

Os temas da revista *Actes de la Recherche*, dirigida por Bourdieu não estavam voltados naquele momento para trabalho e trabalhadores como estiveram nos anos 70, quando havia recebido aquele convite para publicar um artigo sobre os operários do açúcar. Nos anos 80 os temas eram outros e a minha chance parecia ter passado. (Mais adiante, depois de minha estadia, nos anos 90, após a publicação do livro *A Miséria do Mundo*, aqueles temas voltariam). No entanto a sorte me favoreceu. Estava sendo gestado no final de 1988 um ou dois números sobre Esportes, tema heterodoxo até então na academia e que contava com especial simpatia do “patron” (como lhe chamava Luc Boltanski carinhosa e ironicamente à la Maigret, quando Bourdieu e ele estavam próximos nos anos 70, segundo recente evocação em Boltanski, 2008) que guardava ótimas lembranças da fraternidade vivida jogando rugby, e achava o tema bom também para pensar. Eu acabei entrando nas cogitações de preparação do número por acaso. Na minha ausência, Monique de Saint Martin perguntou a Rosilene, durante um café, se conhecia alguém que trabalhasse sobre o futebol brasileiro do ponto de vista das ciências sociais, e ela respondeu que eu tinha um projeto sobre a trajetória do jogador Garrincha das seleções nacionais de 1958 e 1962. De fato esse projeto não

existia. O que se passou é que a morte de Garrincha, em janeiro de 1983, aconteceu num momento de redação de um capítulo para a minha tese em que eu só pensava em vila operária. Pois bem, Garrincha, que havia nascido em Pau Grande, vila operária da América Fabril em Magé (vila essa situada em meio rural como as usinas e várias fábricas têxteis de Pernambuco), estava morando na rua dos Estampadores na ex-vila operária da fábrica Bangu, no Rio, quando de sua morte. As reconstituições da vida desse jogador que saíam na imprensa não atentavam para esse fato que no meu entender era bastante esclarecedor de sua trajetória, das ascensões e quedas dramáticas pelas quais havia passado. E falei sem parar disso em casa de tal forma que Rosilene tinha a impressão que eu houvesse escrito um projeto sobre o assunto. De fato eu tinha um projeto de memória. Apresentei o projeto nos dias seguintes para Bourdieu que deu carta branca para que eu continuasse. Eu entrei assim para o mundo do estudo sobre o futebol através do futebol de fábrica ou de empresa. A aproximação com o universo do futebol através de uma forma específica de organização social, a fábrica com vila operária, através de Garrincha, trazia a vantagem de valorizar, entrando, por assim dizer, pela porta dos fundos, os resultados de pesquisa acumulados durante alguns anos e que tinham menos espaço do que antes nos temas escolhidos para a revista.

Naquele momento, de 1988 para 1989, eu já havia acompanhado com grande interesse a produção nascente sobre futebol nas ciências sociais, com o conhecimento da dissertação de Simoni Guedes no PP-GAS (“Futebol brasileiro, instituição zero”, que tem

capítulos sobre o subúrbio de Bangú); da dissertação de Ricardo Benzaquem de Araújo, da qual havia sido convidado para a banca, sobre o sindicato de jogadores profissionais nos anos 80 de redemocratização; da coletânea *Universos do Futebol*, organizada por Da Matta, incluindo sua interpretação introdutória e capítulos de outros autores. Conhecia ainda o artigo de Guedes sobre o relatório do chefe da delegação brasileira sobre a derrota na copa de 1954. E o filme “Garrincha Alegria do Povo” de Joaquim Pedro de Andrade (a ser contrastado com “Isto é Pelé”, de Eduardo Scorel). Com estes elementos reunidos, com o noticiário produzido sobre a morte do jogador, com a literatura ensaística anterior sobre o futebol de cronistas esportivos (especialmente Mario Filho), pude fazer uma interpretação de uma história de vida que dizia muito sobre a história inesperada do futebol brasileiro, como símbolo corporificado da inversão do chamado “complexo de vira-latas” alçado por Nelson Rodrigues que se transformava no milagre chapliniano do humilde redentor. Tal redenção do futebol brasileiro é contrastada, na própria trajetória de Garrincha, com a tragédia da sua vida pós-jogador profissional, que o alcoolismo faz apressar sua morte prematura. Sua morte vem re-equilibrar seu prestígio abalado com o foco redirecionado pela imprensa para rememorar suas proezas, e seu enterro é apropriado por uma forte emoção popular que acompanha sua ida do velório no Maracanã ao cemitério na vila natal. O artigo procurava reconstituir o habitus desse jogador no contexto da cultura operária peculiar da fábrica em meio rural que condicionava seu estilo corporal (e que possibilita seu drible

irresistível). A narrativa começa com uma etnografia do enterro de Garrincha, depois passa a reconstituir sua trajetória e situá-lo no futebol profissional brasileiro da época, faz uma análise comparativa com a trajetória de Pelé, para voltar à cena do enterro como uma apropriação popular de sua vida (cujo auge se deu em tempos democráticos, comparados àquele presente de maiores dificuldades das classes populares ainda sob regime militar). O artigo saiu no *Actes de la Recherche* de setembro de 1989, e contou com a colaboração do colega Sylvain Maresca, que reviu e aprimorou o francês e discutiu os seus argumentos. No Brasil saiu em seguida na RBCS. Várias traduções do artigo foram feitas⁴³.

A partir deste artigo fui entronizado na corporação internacional dos cientistas sociais estudiosos do futebol graças a Eduardo Archetti, que esteve no PP-GAS por volta de 1973, quando lidava com antropologia econômica e sociedades camponesas, estudando os “farmers” da agricultura argentina. Archetti havia publicado artigos sobre o futebol, o pólo e o tango na Argentina (que depois ele reuniu em livro intitulado

43 - “La disparition de la ‘joie du peuple’; notes sur la mort d’un joueur de football”; em colaboração com Sylvain Maresca. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 79, septembre 1989, pp. 21-36.

- “A morte da ‘alegria do povo’”. Em colaboração com Sylvain Maresca. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, outubro de 1992, pp.113-134.

- “La scomparsa della ‘gioia del popolo’; appunti sulla morte di un calciatore”; Milano: *Pluriverso*, anno III, nº 1, aprile 1998, pp. 61-81.

- “‘The people’s joy’ vanishes: considerations on the death of a soccer player”, *The Journal of Latin American Anthropology*, vol. 4 number 2/ vol. 5 number 1 1999-2000, pp. 78-105. E republicado em *Vibrant (Virtual Brazilian Anthropology)*, Volume 6. Número 2. Julho a Dezembro de 2009.

- “‘Die Freude des Volkes’ erlischt – Überlegungen zu Leben und Tod des Fussballers Garrincha” in Eva Kreisky, Georg Spitaler (Hg.) *Arena der Männlichkeit; Über das Verhältnis von Fussball und Geschlecht*. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 2006, pp. 328-346.

Masculinidades) e era um dos articuladores destes encontros internacionais. Ele me recomendou a Richard Giulianotti, sociólogo escocês, especialista em futebol, que me propôs publicar em duas de suas coletâneas⁴⁴. A revista *Actes de la Recherche* publicou um número sobre futebol em 1994 para o qual preparei um artigo sobre a importância do jornalismo esportivo na conformação do profissionalismo no futebol brasileiro, através da trajetória de Mario Filho, e publiquei uma versão estendida em número temático na Revista USP⁴⁵. Em 1996 estive na Universidade de Manchester em convênio envolvendo o PPGAS e o IFCS da UFRJ, onde apresentei um artigo e onde pude consultar a bibliografia anglo-saxônica sobre ciências sociais e história do esporte na biblioteca daquela universidade⁴⁶. Também ganhei uma bolsa do governo francês para desenvolver alguns meses por ano entre 1997 e 1999 um projeto sobre o futebol brasileiro junto ao Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, então dirigido por Afrânio Garcia Jr.

44 - "Successes and Contradictions in 'Multiracial' Brazilian Football", in G. Armstrong & R. Giulianotti (eds.), *Entering the field; new perspectives in world football*. Oxford: Berg Publishers, 1997, pp. 53-86.

- "Football and its dilemmas: a Brazilian story", in Gary Armstrong & Richard Giulianotti (eds.) *Football, Cultures and Identities*. London: Macmillan, 1999.

45 - "L'invention du style brésilien; sport, journalisme et politique au Brésil" (en collaboration avec Jean Pierre Faguer), *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n°103, juin 1994, pp. 27-35.

- "A vitória do futebol que incorporou a pelada; a invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro", *Revista USP*, n. 22, jun-jul-ago 1994, pp. 64-83.

46 Os coordenadores do convênio eram Huw Beynon, diretor do Manchester International Centre for Labour Studies, e José Ricardo Ramalho do IFCS. O trabalho apresentado foi:

- "Football and working class in Brazil: Colour and class in the making of national identity through sport". Manchester International Centre for Labour Studies. Working paper 15. May 1996.

e por Ignacy Sachs. Dentre essas atividades acompanhei a copa do mundo de 1998 sobre a qual fiz uma observação etnográfica “multisituada”, mal situada e sem crachá, desse mega-evento, para o jornal *Le Monde*, e pude publicar uma versão mais estendida na revista *Estudos Históricos*⁴⁷. O futebol como esporte de equipe talvez enseje a parceria entre colegas e após escrever sobre o assunto em colaboração com Sylvain Maresca, o fiz com Jean-Pierre Faguer (operando uma transferência de tecnologia futebolística para a França que poderia se justificar enquanto eles não nos ganhassem).

Minha entrada nos estudos sobre futebol foi assim proporcionada pela demanda internacional por estudos sobre o futebol brasileiro. A maioria dos meus artigos sobre o tema foram encomendados e publicados primeiramente no exterior e depois em casa. O que de certa forma pode ser significativo da adequação legitimada, entre autor e objeto, por propriedades nacionais, tal como vistas pelos demandantes no exterior. Mas o fato é que a literatura sobre esportes e sem particular sobre o futebol é boa para pensar uma série de fenômenos sociais mais amplos. Além de servir de metáfora para conceitos como “estratégias não conscientes”, “sentido do jogo” (Bourdieu) ou “configuração” (Elias), os esportes constituem-se em objetos privilegiados de observação dos fenômenos

47 A mediação para esse artigo do *Le Monde* foi feita por Roger Chartier, apreciador de Garrincha, e que então escrevia regularmente na seção “*Le Monde des Livres*”. O artigo era para sair logo após o fim da copa de 98, em página inteira, na seção “*Horizons*” que o jornal então mantinha.

- “*Le football mondialisé comme il va*”, *Le Monde*, 22/7/1998, p. 10 (avec Jean Pierre Faguer).

- “*Considerações em torno das transformações do profissionalismo no futebol a partir da observação da copa de 1998*”, *Estudos Históricos*, n. 23, set. 1999. (com a colaboração de J.P. Faguer).

de profissionalização, de inclusão ou exclusão sutil de adeptos através de estilos de vida, assim como de dramatizações de pertencimentos étnicos, nacionais ou de classe (dentre outros assuntos antropológicos importantes de análise).

Produzindo sobre o tema dos esportes (e em particular do futebol) em um momento em que ele ainda não é tão usual na academia, acabei fazendo parte de muitas bancas e assim acompanhando o crescimento numérico dos autores assim como a qualidade etnográfica e historiográfica dos estudos monográficos. Além de meus orientados formais, pude acompanhar o trabalho de estudiosos mais jovens de outras instituições através de qualificações, bancas e pareceres, além de conversas⁴⁸. E ser assim otimista com o

48 Pude assim acompanhar o trabalho de meus orientados Eline Deccache Maia, sobre políticas públicas para o esporte, de Antonio Holzmeister Oswaldo Cruz, sobre as transformações econômicas do futebol focalizadas nos estádios; de Marta Cioccarri, no futebol associativo amador dos mineiros de carvão, com seus clubes de empresa, de bairro ou de grandes famílias de mineiros; de Rosângela Pimenta, na UFPE, sobre o futebol de pelada e o futebol amador nos bairros populares de Recife e no assentamento rural em Sobral, CE; e, em outras instituições, pude também acompanhar em bancas, em GTs e seminários, o trabalho historiográfico exemplar de Leonardo Pereira (História da Unicamp) sobre o futebol carioca entre 1902 e 1938; o de Plínio Labriola Negreiros (História da PUC-SP) sobre o embate amadorismo versus profissionalismo na imprensa paulista e sobre os aspectos políticos da construção do Pacaembu; a preciosa tese etnográfica de Luiz Henrique de Toledo (USP) sobre os centros de treinamento dos clubes, sobre as escolas de juízes e sobre as escolas de jornalismo esportivo (além de bares de torcedores); o trabalho sociológico de José Jairo Vieira (IUPERJ) sobre a profissionalização de jogadores de futebol negros; a etnografia de torcedores de clubes de cidade do interior da Argentina (Mar del Plata) feita por Gastón Gil (Misiones); a dissertação de Arlei Damo (Antropologia da UFRGS) sobre a história da torcida do Grêmio e a rivalidade clubística com o Internacional; a dissertação de Giselle Moura (História - UFRJ) sobre a construção do Maracanã para a copa de 1950; a dissertação de Rosana da Câmara Teixeira (orientada por Rosilene Alvim, IFCS-UFRJ) sobre a etnografia das torcidas jovens cariocas na virada dos anos 2000 (que saiu em livro e para o qual fiz uma apresentação); e a dissertação e a tese de Bernardo Buarque de Hollanda (História PUC-Rio), que seguiram entre muitas outras fontes de inspiração, pistas de trabalhos anteriores meus (na sua dissertação sobre José Lins do Rego e suas crônicas sobre futebol);

desenvolvimento futuro desta linha de pesquisa nas ciências sociais brasileiras.

6. Sociologia da sociologia do trabalho e Antropologia Pública

No final do período de pós-doutorado na França, formulei um projeto sobre uma “História Social da Sociologia do Trabalho e dos Trabalhadores no Brasil”. O objetivo era fazer uma *démarche* reflexiva (pois que se tratava de um tema que também me afetava por ser também com ele envolvido) sobre a relação das primeiras gerações de sociólogos com o tema do trabalho e dos trabalhadores. Ao longo do tempo os autores escolhidos foram Azis Simão, Evaristo de Moraes Filho, José Albertino Rodrigues, Juarez Brandão Lopes e Leôncio Martins Rodrigues (embora, além destes, mais autores tenham sido efetivamente entrevistados nos primeiros anos da década de 90, como Francisco de Oliveira, Francisco Weffort e Heloísa Helena Martins).

Eu achava que as análises propostas pelos críticos e as resenhas bibliográficas que focalizavam os estudos sobre trabalhadores estavam centradas sobre as temáticas, os resultados, os debates, em suma sobre os conteúdos das obras produzidas a respeito da classe trabalhadora brasileira. Sem deixar de reconhecer a pertinência destas análises, a que se propunha no meu projeto referia-se menos aos objetos das pesqui-

na sua tese de doutorado sobre o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol no Rio entre 1967 e 1988; ambas aliás saíram em livros para os quais fiz apresentações). Fiquei feliz também em ver-me citado com propriedade no excelente livro *Veneno Remédio, o futebol e o Brasil* de José Miguel Wisnick.

sas que à relação dos pesquisadores com seus objetos de estudo; isto é, tinha menos a ver com os textos e mais a ver com os contextos. Ora, se os contextos das obras quase não são importados junto com as obras na circulação das idéias entre as nações, também acontece que estes contextos se perdem entre uma e outra geração no interior das próprias nações: este é o caso do desenvolvimento desta questão no Brasil, especialmente alterado pelos efeitos da intervenção do campo político sobre o campo intelectual e sobre a universidade.

Eu propunha então neste projeto o aprofundamento de algumas questões: As relações individuais destes sociólogos com os grupos hegemônicos dentro da sociologia universitária; sua integração nos outros institutos ou departamentos aos quais a sociologia oferecia seus quadros; a incidência de sanções políticas que tiveram o efeito de interromper ou de desviar suas carreiras; as probabilidades de exposição à circulação internacional das idéias, através dos deslocamentos pessoais ao exterior ou por seu pertencimento a redes internacionais; assim como também sua exposição diferencial à circulação das idéias entre as classes sociais, em particular com relação ao seu próprio objeto de estudo, a classe operária⁴⁹.

Por outro lado, tratava-se de comparar a experiência e a produção desses sociólogos profissionais de São Paulo, com o que ocorria em outros centros de pensamento do país, em particular no Rio de Janeiro.

49 Azis Simão teve um conhecimento direto do movimento operário dos anos 30, o que marcou toda sua carreira e sua obra universitária posterior. José Albertino Rodrigues investiu seu conhecimento, sua ética e seu habitus universitário prematuramente interrompidos para inventar, nos anos 50, a posição de conselheiro sindical de formação universitária (no DIEESE).

ro. Para tanto a idéia seria recuperar a trajetória de Evaristo de Moraes Filho, figura exemplar dos sociólogos de uma formação anterior, divididos entre a sociologia e o direito do trabalho, entre o conhecimento acadêmico e o campo burocrático do Estado. Tratava-se, também, de analisar a circulação entre os grupos de pesquisadores de São Paulo e os do Rio de Janeiro (cf., por exemplo, as relações entre F. Fernandes, O. Nogueira, ou J.R. Brandão Lopes e a equipe do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais -CBPE do Rio), sem abstrair a presença de outros centros.

O primeiro entrevistado neste projeto foi José Albertino Rodrigues. Eu tinha uma particular curiosidade sobre como ele havia chegado aos sindicalistas de São Paulo em meados dos anos 50 e ter sido o primeiro diretor técnico do DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos). Como havia feito um artigo sobre a história do sindicalismo brasileiro para a revista francesa *Genèses* em 1990, tinha reunido material sobre a importância dos pactos intersindicais havidos naqueles anos. Além disso eu mesmo havia participado da criação de uma sub-sede do DIEESE no Rio de Janeiro, a partir de iniciativa de um grupo de trabalho do Instituto dos Economistas entre 1978 e 1979, naqueles anos de forte mobilização pela redemocratização do país. Neste momento eu estava paralelamente em contato com setores do movimento sindical no Rio, através da pastoral operária de Nova Iguaçu, e tinha proximidade com o movimento sindical de trabalhadores rurais (naquele período Afrânio era assessor da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio de Janeiro e Moacir era assessor da CONTAG). A

formação da sub-sede carioca do DIEESE reforçou o conhecimento que vinha adquirindo do movimento sindical no Rio de Janeiro e teve então contato com a sede histórica do DIEESE em São Paulo e sua equipe. José Albertino permanecia a referência fundadora da instituição. Dez anos depois eu estava interessado em focalizar a relação dos estudiosos do tema do trabalho e dos trabalhadores (além de sua relação com a universidade) com os próprios trabalhadores. Era uma preocupação que de certa forma antecipava aspectos dos estudos, já nos anos 2000, das chamadas “sociologia pública” e “antropologia pública” (sobre as quais hoje se pode visualizar na internet)⁵⁰.

À entrevista com José Albertino se seguiram outras, como a de Juarez Brandão Lopes, cuja produção sobre trabalhadores eu havia analisado em trabalho de curso de doutorado de Francisca Keller, e depois publicado como artigo e capítulo de livro⁵¹, e podia assim contextualizar com sua trajetória. A entrevista com Leôncio Martins Rodrigues se deu em um seminário de curso que estava ministrando no PPGAS sobre “Estrutura Social do Brasil” em 1991 (baseado

50 De fato, em 2006 fui convidado para apresentar um texto em mesa sobre “Sociologia Pública” na reunião da associação internacional de sociologia na África do Sul, em que comparo a experiência do trabalho de assessoria sindical de José Albertino no sindicalismo urbano de São Paulo dos anos 50 e 60, com a experiência de assessoria educacional no movimento sindical de trabalhadores rurais de colegas como Moacir Palmeira e Afrânio Garcia Jr. Cf. “Public Sociology in Brazil” (“Public Sociology as a Constitutive Characteristic of Brazilian Social Sciences: some links with working-class and peasant unions”), texto apresentado no Simpósio Temático “Society and the New Frontiers in Science: Public Sociology”, organizada por Michael Burawoy, no congresso da International Association of Sociology, Durban, África do Sul, 27 de julho de 2006.

51 - “Sobre o trabalhador de grande indústria na pequena cidade, crítica e resgate da ‘Crise do Brasil Arcaico’”, *Boletim do Museu Nacional*, UFRJ, 1983. Depois incluído em J. S. Leite Lopes (organizador), *Cultura e Identidade Operária; Aspectos da cultura da classe trabalhadora no Brasil*, São Paulo, Rio de Janeiro, Editora Marco Zero/Editora da UFRJ, 1987.

justamente na bibliografia do projeto), na presença de alunos e colegas (e mais recentemente ele foi re-entrevistado no IFCS, no contexto deste mesmo projeto ampliado). Outras entrevistas se seguiram.

Outros projetos, como os relacionados ao estudo do futebol, e o projeto de estudo do controle público da poluição industrial, do qual falarei logo adiante, vieram adiar a análise do material coletado para este projeto. Em 2004, ele foi retomado e assumido por uma equipe maior incluindo colegas do IFCS-UFRJ como Elina Pessanha, José Ricardo Ramalho e Regina Morel, por ocasião do edital “Memória do saber” do CNPq. Nosso projeto, intitulado “Albertino, Aziz, Evaristo, Juarez e Leôncio: Estudos Pioneiros sobre Trabalhadores e Sindicalismo no Brasil”, foi aprovado pelo edital, mas este como um todo não foi adiante. Mesmo assim a equipe está tomando providências para editar as entrevistas e fazer a análise pertinente através de uma introdução geral e introduções explicativas às diferentes entrevistas, e proximamente publicar um livro.

7. A “Ambientalização” dos Conflitos Sociais

Em 1995, o antropólogo Shelton Davis, então sociólogo no Departamento de Meio Ambiente do Banco Mundial, propôs a feitura de um projeto sobre “A Participação da População no Controle da Poluição Industrial no Brasil e na Argentina”. Desde que fora professor do PPGAS no início dos anos 70, estive em contato com Sandy, por trocas de correspondência, por visitas suas ao Brasil, por encontros casuais como

o que tivemos na cidade do México em 1992. Em particular tivemos um diálogo quando ele fez um estudo sobre as repercussões do acidente nuclear de Three Miles Island nos EUA para uma ONG que ele dirigia, Anthropological Research Center, que fazia assessoria ou contra-expertise para movimentos sociais. Recrutado pelo Banco Mundial na segunda metade dos anos 80 dentre outros sociólogos (como sinal de renovação – vide o perfil contestatário de “antropologia pública” antecipada que tinha Sandy - daquele banco diante de críticas internacionais), Sandy pareceu sentir dez anos depois que era chegado o momento de suscitar uma pesquisa antropológica sobre o tema da poluição industrial no Brasil. O projeto, discutido depois de formada uma pequena equipe e visitadas exploratoriamente as áreas a serem pesquisadas, foi feito no formato adequado à tramitação no interior de uma espécie de edital interno do Banco Mundial. Tivemos que responder a objeções feitas por pareceristas e incluímos uma parte destinada a uma pesquisa quantitativa por questionários. Foi, segundo consta, o primeiro projeto de cientistas sociais (e não de economistas) a ser aprovado em tal edital interno.

O projeto era sintomático da transformação de temáticas dominantes em questões públicas com repercussões em preocupações acadêmicas. O próprio projeto era um indício e uma confirmação reflexiva do “processo de ambientalização”, termo com o qual iríamos batizar nossas conclusões e resultados de pesquisa. Eu mesmo, como pesquisador de uma “antropologia da classe operária” (nome de alguns dos cursos que dei sob a rubrica de “Antropologias Especiais” no PPGAS no início dos anos 80), não me

via pressionado pelas supostas tendências ao fim do trabalho manual e ao “adeus ao proletariado”? (Mas não estava na origem da antropologia e do folclore o estudo de povos e grupos supostamente em desaparecimento?) Não já tinha driblado, com o auxílio de Garrincha, o desuso temporário da temática do trabalho no *Actes de la Recherche* dos anos 80, re-introduzindo a classe operária através do futebol? Que por sua vez dera frutos por si próprio, sem ter de estar necessariamente associado às classes populares? Não seria o exame da poluição industrial uma reativação da temática do trabalho por outra via? Não seria o tema do meio ambiente, na aparente universalidade de suas causas de sobrevivência da espécie, também uma fonte de conflitos sociais? As próprias batalhas interdisciplinares entre diferentes formas de expertise não contra-indicariam o aparente consenso?

Com essas perguntas em mente formamos uma equipe com experiência prévia em temas ambientais com viés no seu lado marrom⁵² (oposto ao verde; termos classificatórios que encontrei em seminário do

52 A equipe foi assim constituída:

Rosane Prado: estudos sobre pequenas cidades; pesquisas sobre o nuclear em Angra dos Reis e Caldas Novas; pesquisas sobre políticas participativas; Diana Antonaz: engenheira de produção, depois antropóloga, experiência como assessora de saúde do trabalhador; estudos em indústrias de alumínio e siderurgia (minha orientada no mestrado e doutorado do PPGAS); Gláucia Silva: bióloga na graduação, antropóloga, dissertação sobre pescadores, tese sobre os trabalhadores do nuclear em Angra 1; Beatriz Heredia: antropóloga do campesinato, ex-assessora Greenpeace, encarregada do estudo sobre a Argentina com a colaboração de Ricardo Rozendo: sociólogo do trabalho argentino, ex-sindicalista; Myriam Mousinho: economista na graduação, dissertação sobre os telefônicos no PPGAS sob minha orientação, assessoria a projetos envolvendo meio ambiente em Minas Gerais; Silvia Borges: orientada de Rosane no PPCIS, dissertação sobre o porto de Itaguaí e tese sobre a política ambiental da CSN em Volta Redonda (trabalhou em pesquisas de opinião com Leandro Piquet, e ambos se encarregaram da pesquisa de opinião que foi feita).

Banco Mundial entre especialistas da indústria, do saneamento e das cidades, versus os especialistas em florestas e agricultura). Elegemos no Rio de Janeiro as cidades de Angra dos Reis (usina nuclear, processo de implantação de plano diretor participativo), Volta Redonda (caso limite de cidade industrial, privatização recente da siderúrgica CSN, “descoberta” igualmente recente da questão da poluição) e Itaguaí (implantação do porto de Sepetiba e expropriação de pescadores, agravamento da poluição por metais pesados despejados na baía por fábrica de zinco e outras instalações). Fizemos também estudos locais em Betim e Sete Lagoas em Minas Gerais, além de acompanhar a política estadual de meio ambiente, com um conselho participativo pioneiro. E ainda um estudo localizado em Ensenada, La Plata, na Argentina, onde há questões jurídicas entre a população local e uma empresa petroquímica, assim como o contexto mais geral da política ambiental na Argentina. O quadro comparativo entre dois estados no Brasil e dois países na América do Sul foi inicialmente uma exigência inerente à arquitetura dos projetos submetidos ao edital do Banco Mundial; exigência que equacionamos com estudos localizados e com um conhecimento dos contextos gerais de política ambiental. Após dois anos de trabalho, entre 1996 e 1998, com relatório entregue durante seminário no Banco Mundial em Washington em abril de 1999, conseguimos um financiamento adicional para dar continuidade ao projeto pela Fundação Ford, entre 1998 e 2000; quando então foi feito um seminário geral no Museu Nacional, reunindo acadêmicos, autoridades e técnicos governamentais, representantes das enti-

dades e associações locais envolvidas nos conflitos ambientais, representantes empresariais e dos ministérios públicos estaduais e do federal⁵³.

O relatório da pesquisa foi editado para publicação pela equipe de organizadores do livro (com forte participação da edição de Diana Antonaz) e saiu pela coleção do Núcleo de Antropologia da Política, em que nossa equipe participava como sub-projeto do projeto PRONEX mais amplo (“Rituais, Representações e Violência”) coordenado por Moacir Palmeira⁵⁴.

Argumentamos na introdução do livro que o processo histórico de ambientalização, assim como outros processos similares de constituição de questões públicas, implicam simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas (no trabalho, na vida cotidiana, no lazer). Analisamos essas transformações associando-as a cinco fatores: o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e

53 O seminário “Redes Sociais e Controle da Poluição Industrial”, finalizou a pesquisa “Participação da População no Controle da Poluição Industrial no Brasil”, financiada pela Fundação Ford (e iniciada por financiamento do Banco Mundial), realizado no Museu Nacional. Patrocínio do seminário: Fundação Ford, FAPERJ, NuAp do PPGAS/MN/UFRJ. Participação da equipe de pesquisa e de debatedores procedentes de associações e governos locais de Angra dos Reis, Volta Redonda, Itaguaí, Betim; representantes dos órgãos ambientais do Rio e de Minas Gerais, do Ministério Público federal e estadual, da FIRJAN, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, do DIEESE-Rio e relatores acadêmicos do PPGAS/MN, IFCS/UFRJ, IPPUR/UFRJ. Presença de representantes da Fundação Ford e do Banco Mundial. Nos dias 29 e 30 de junho de 2000.

54 *A Ambientalização dos Conflitos Sociais; Participação e Controle Público da Poluição Industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. J. S. Leite Lopes (coordenador); Diana Antonaz, Rosane Prado e Gláucia Silva (organizadoras) e equipe listada na nota 52.

coletiva; a questão da “participação”; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos. O livro foi dividido em duas partes: uma primeira apresentando os estudos de caso nas diferentes localidades selecionadas e uma segunda parte constituída por temas transversais aos casos. Os capítulos do livro podem dar uma idéia dos temas tratados⁵⁵.

A argumentação desenvolvida sobre o “processo de ambientalização dos conflitos sociais” alcançou uma certa repercussão no diálogo com grupos de pesquisa tanto de fenômenos urbanos, como com o IPPUR-UFRJ (em particular os colegas Carlos Vainer e Henri Acselrad, ex-capitanos) bem como o grupo de antropologia urbana da UFRGS (e seu núcleo áudio-visual)⁵⁶, quanto de fenômenos de mobilização de novas ou antigas identidades de “populações tradi-

55 Estudos de Caso (Parte I): 1. Itaguaí: A tragédia ambiental da Baía de Sepetiba; 2. Angra dos Reis: A usina nuclear em meio à paisagem “deslumbrante”; 3. Volta Redonda: O percurso entre as chaminés e a curva do rio; 4. Pesquisa de opinião em Itaguaí, Angra dos Reis e Volta Redonda; 5. Minas Gerais: A “conspiração mineira” na esfera ambiental; 6. Argentina: A importância dos conflitos locais e suas repercussões nacionais. Temas transversais (Parte II): 7. Processos sociais de construção da poluição: Percepções, apropriações e traduções; 8. Constituição do interesse público e de algumas instâncias de participação; 9. Intervenção de instâncias públicas; 10. Espaços de negociação: Empresas, poder público e sociedade; 11. Comparação entre Rio de Janeiro, Minas Gerais e Argentina.

56 O que só fez solidificar as antigas relações com o PPGAS da UFRGS, desde a banca de dissertação de Cornélia Eckert, até a orientação mais recente no doutorado de pesquisadores que com ela trabalharam no mestrado com os mineiros de carvão, como é o caso de Marta Cioccarri. Dentre as atividades que lá pude desenvolver estão um artigo e duas palestras:

- «Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação». *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 25, jan/jun. de 2006, pp. 31-64.
- Aula inaugural do PPGAS da UFRGS do ano de 2007, “Ambientalização dos conflitos: trabalho, participação e memória social”, em 16 de maio de 2007.
- Palestra: “A Ambientalização dos Conflitos Sociais”, no Seminário “Habitantes do Arroio: estudo de conflitos de uso de águas urbanas, risco, saúde pública e comunidades étnicas em Porto Alegre-RS”, realizado pelo PPGAS/UFRGS, no dia 11 de junho de 2010.

cionais”, como no caso do projeto de cartografia social da Amazônia⁵⁷.

8. O filme Tecido Memória

Entre 2003 e 2006 participei de uma experiência como professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, o que foi uma ótima oportunidade de, tendo eu atuado como pesquisador de campo naquele estado desde o início dos anos 70, poder ter um enraizamento no interior daquela universidade, vivendo o cotidiano da prática de professor. De início o convite foi feito para Rosilene Alvim pelo Programa de Antropologia da UFPE, visto que ela estava trabalhando com questões da juventude das classes populares e várias teses e dissertações lá se encaminhavam nesta direção. E eu fui convidado então por Salete Cavalcanti, ex-colega de mestrado no PPGAS, que então era a coordenadora do PPGS-UFPE, para que pudesse solicitar uma bolsa de pesquisador visitante ao CNPq. Lá dei cursos e orientei quatro teses de doutorado (três com temas relacionados ao meio ambiente, uma relacionada ao futebol). E lá também pude desenvolver uma pesquisa relacionando a temática do meio ambiente (agendas 21 municipais, conflitos sócio-ambientais) à temática das vilas operárias que eu havia anteriormente estudado (a agenda 21 de Aldeia que eu pesquisava abrangia os municípios de Camaragibe, Paulista e Abreu e

57 Pude então conhecer pessoalmente, participando como debatedor e testemunha, em dois encontros, o extraordinário projeto coordenado por Alfredo Wagner (colega e amigo desde a PUC-Rio nos idos dos anos 60, desde o PPGAS e o Projeto Emprego, nos anos 70, até agora), reunindo uma rede de pesquisadores universitários e movimentos sociais em vários estados do país.

Lima; que continham antigas vilas operárias), como era o caso com o tema da patrimonialização de áreas históricas que abarcavam as antigas fábricas e vilas operárias. E dali surgiu a oportunidade de reatar o contato sistematicamente com a rede de trabalhadores e suas famílias que havíamos estudado eu e Rosilene, desde os anos 70. Pude então ter elementos para comparar o movimento pelo controle da poluição industrial ativa da CSN, por parte da população de trabalhadores de Volta Redonda, com o movimento pela recuperação de áreas desindustrializadas e sua patrimonialização como no caso de Paulista e Camaragibe em Pernambuco (e assim ver como *passivo ambiental* tanto a poluição ativa como o entulho urbano representado pelos restos de instalações industriais de *fogo morto*). Chegamos assim a perceber nessas localidades em Pernambuco, uma demanda por memória por parte das populações de origem operária, transbordadas por novos fluxos populacionais provenientes de Recife. E estimulados por nossa antiga rede de ex-operários entrevistados e por novos sindicalistas que passamos a conhecer e que tinham forte preocupação com a memória do grupo operário em seu apogeu, fomos levados à aventura de fazer um documentário sobre a história dos tecelões sem experiência técnica prévia. Daí surgiu a experiência do documentário *Tecido Memória* dirigido por mim mesmo, Rosilene Alvim e Celso Brandão.

Paralelamente, no Museu Nacional em 2004, se constituiu o projeto *Memória Camponesa* (depois estendido para “e Cultura Popular”), coordenado por Moacir Palmeira. Este projeto teve como núcleo inicial a realização de seminários com ex-trabalhadores

rurais testemunhas do movimento sindical entre os anos 1955-1979, registrados em áudio-visual, assim como do trabalho de entrevistas com lideranças em seus locais de trabalho. Ele também foi resultado de uma demanda por memória expresso no caso pelos antigos representantes dos trabalhadores rurais.

O filme *Tecido Memória* teve um desenvolvimento paralelo ao projeto Memória Camponesa e acabou entrando nele pela rubrica cultura popular, cultura operária, memória de operárias e operários têxteis de origem camponesa. Ele foi sendo gestado, desde 2003, a partir da volta prolongada de dois pesquisadores (eu mesmo e Rosilene Alvim, do IFCS) a um grupo de trabalhadores estudados trinta anos antes, e que apresentavam uma demanda de memória equivalente àquela manifestada pelos ex-dirigentes do movimento de trabalhadores rurais para o projeto Memória Camponesa. Os trabalhadores têxteis de Pernambuco tiveram uma presença importante na industrialização daquele Estado, e sua história diz muito sobre a história da industrialização e da formação da classe trabalhadora no Brasil em boa parte do século XX. Eles constituem-se num caso interessante de obreirização que parte de fontes rurais; em sua maioria eles foram operários de origem camponesa. Com o processo de desindustrialização ocorrido naquele estado entre os anos de 1990 e a primeira metade dos 2000, atingindo em particular as indústrias têxteis, o grupo remanescente de ex-operários expressava uma forte demanda de memória a ser repassada às novas gerações. Informados do início do projeto Memória Camponesa (seu primeiro seminário tendo ocorrido no final de 2004 no Rio de

Janeiro, enquanto nós estávamos em Recife), e tendo participado da organização dos dois seminários seguintes no Rio Grande do Norte e em Pernambuco no início de 2005, nós propusemos aos sindicalistas têxteis iniciar um processo de filmagem a partir de um seminário no dia 1 de maio em Paulista, cidade originada de uma grande companhia de fiação e tecelagem e centro principal desta demanda de memória com a qual interagíamos. O seminário foi proposto no molde dos realizados no projeto Memória Camponesa. Somente no início de 2006 reunimos as condições necessárias à filmagem em várias cidades com uma presença importante de tecelões: Paulista, Recife, Escada, Camaragibe e Moreno. De tal forma que já pude aproveitar desta experiência com os tecelões para filmar as ex-lideranças dos trabalhadores rurais em seus locais de moradia em Pernambuco para o projeto Memória Camponesa junto com Moacir Palmeira em fevereiro de 2007.

Participante do projeto memória camponesa e também pesquisador de situações de memória operária, pude usufruir desta dupla experiência para potencializar os dois projetos. Por um lado portador da experiência de pesquisa com grupos operários de origem camponesa, pude acumular um material historiográfico em documentação escrita que complementava as entrevistas e as histórias de vida -- o que pode ser útil no exame correspondente com relação aos propósitos do projeto de memória camponesa. Como será útil a experiência de realização de direção de um documentário acabado para os propósitos de edição do material dos seminários e das entrevistas realizadas in loco para o Memória Camponesa.

Certamente que a feitura de *Tecido Memória* não seguiu os cânones dos processos sucessivos e ordenados de produção de um filme. Ele seguiu as conveniências da reunião de circunstancias favoráveis para o desencadeamento de filmagens com poucos recursos: (a) a presença dos pesquisadores nas proximidades da área por um longo período em que foram sendo criadas as circunstancias para a concretização do registro fílmico a partir de uma demanda de memória audiovisual por parte do grupo operário – e em que os pesquisadores, tendo feito investigações na área e produzido livros a respeito, faziam parte dessa memória; (b) a proximidade do fim desta estadia dos pesquisadores (como professores visitantes); (c) a disponibilidade para o trabalho voluntário do fotógrafo e documentarista Celso Brandão arregimentado com base numa experiência anterior de colaboração (no seu filme *Memória da Vida e do Trabalho*, de 1986, nas vilas operárias em torno de Maceió, que contou com a participação dos pesquisadores); (d) a retomada do trabalho um ano depois das primeiras filmagens (que foram feitas no início de 2006), com a reunião de pequenos recursos para o trabalho de montagem por jovens especialistas (duas montadoras ao longo do tempo) no Rio de Janeiro; montagem esta que foi sendo acompanhada pelos 3 diretores do filme (os dois pesquisadores e o documentarista-fotógrafo, que se deslocou de Maceió para o Rio); (e) a formação ao longo de alguns meses de trabalho intenso nos anos de 2007 e 2008 de uma equipe solidária de dois pesquisadores-diretores; um fotógrafo-diretor e duas montadoras (assim como o acionamento de pesquisadores de imagens) com

uma divisão social do trabalho menor do que o usual na rotina do trabalho profissional das produções cinematográficas do gênero. Com efeito, a partir de um roteiro genérico, e de uma decupagem prévia pouco seletiva, foi sendo feito um trabalho artesanal envolvendo montagem, reelaboração especificadora de roteiro e decupagem, assim como eventuais novas idas a campo para filmagens (em outubro de 2007 e fevereiro de 2008), e para pesquisa e busca de arquivos pessoais e institucionais de imagens; feitas nos intervalos dos períodos de montagem. Essa concentração autárquica de trabalho acabou dando seus frutos na interação entre a transmissão do conteúdo histórico e etnográfico por parte dos pesquisadores; a experiência de documentarista e a sensibilidade estética do fotógrafo; o profissionalismo, o conhecimento das novas tecnologias de edição e a sensibilidade rítmica das montadoras de gerações mais jovens relativamente aos diretores.

No filme, foram feitas algumas opções: (a) pela montagem do discurso coletivo (“efeito jogral” com 9 personagens) dos trabalhadores; (b) o mínimo de cartelas iniciais explicativas de texto escrito, em contraposição à ausência de narrador em off ao longo do filme; (c) não explicitação da presença dos pesquisadores-filmadores no filme (ao contrário da tendência em muitos documentários incorporando a explicitação reflexiva). em respeito ao caráter de privilégio da devolução; (d) sequenciamento de falas (e/ou falas e imagens) como efeito dominó de continuidade lógica. Alguns dilemas podem advir destas escolhas. Quanto à última questão, por exemplo, o privilégio da seqüência lógica por tema às ve-

zes entra em conflito com a seqüência histórica factual. Por outro lado, o filme traz recursos diferentes do texto escrito acadêmico; por exemplo as citações de imagem – o uso das fotografias e filmes documentais outros – podem não corresponder à realidade geográfica delimitada e ser uma ilustração por semelhança e por sensibilidade ao contexto do filme. No uso da música, por outro lado, forte propiciador de emoção, procuramos ser mais “realistas”, escolhendo trechos musicais que têm a ver com o universo retratado⁵⁸.

Aqui entramos em considerações que remetem para um trabalho futuro. Essa experiência áudio-visual fez aumentar nosso acervo de pesquisa com trabalhadores industriais situados no meio rural (como os operários das usinas de açúcar) ou dele originários (como os tecelões e tecelãs) iniciado desde o início dos anos de 1970. Houve a incorporação de uma grande quantidade de material imagético, material este que havíamos secundarizado no passado. A demanda de memória por parte dos trabalhadores com quem mantivemos contato ao longo dos anos, tendo se manifestado mais recentemente, nos levou

58 O filme tem a seguinte ficha técnica:

- *Tecido Memória*, 2008

Direção e produção, juntamente com Celso Brandão e Rosilene Alvim.

Fotografia: Celso Brandão; Montagem: Maya Da-Rin e Silvia Boschi; Desenho de som e mixagem: Mariana Barsted; Tratamento de imagem: Daniel Canela. (sobre a historia cotidiana e política dos operários têxteis de Pernambuco). 70 min. Museu Nacional-PPGAS-NuAP. Música: Edmundo Pereira, Bernardo Barros e Fernanda Aoki Navarro.

* Selecionado para a 13ª Mostra do Filme Etnográfico, Rio de Janeiro, novembro de 2008.

* Agraciado com o IV Prêmio Luis Espinal para longa metragem concedido durante a 4ª. Mostra CineTrabalho da UNESP-campus Marília, 17 de novembro de 2009.

* Agraciado com o 1º lugar do VIII Prêmio Pierre Verger de Vídeos Etnográficos, da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia. Belém, 04 de agosto de 2010.

a um processo intenso de registro audiovisual de novos depoimentos e entrevistas, assim como da reunião de documentos e material imagético. Este é um processo paralelo que ocorreu tanto com a feitura do Tecido Memória e o material proveniente das pesquisas anteriores de que participei, por um lado, quanto, por outro lado, as atividades do Memória Camponeza e o acervo proveniente das pesquisas coordenadas por Moacir Palmeira desde os anos de 1970. De forma que resolvemos enfrentar a organização de nossos acervos de pesquisa acumulados desde aqueles anos mencionados. Juntamente com Renata Menezes constituímos um núcleo no PPGAS-MN-UFRJ (Núcleo de Antropologia da Política, Religião e Trabalho – Nanport, ampliando tematicamente o anterior Núcleo de Antropologia da Política) que enfrentasse de imediato esta finalidade. Para isso apresentamos um projeto de organização de acervos de forma conjunta com o Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro (AMORJ-IFCS-UFRJ) e o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (MSPP-CPDA/UFRJ), que têm mais experiência na área do que nós (o AMORJ desde 1987; o MSPP desde 2003, nós a partir de 2010) iniciando uma rede de arquivos de trabalhadores rurais e urbanos. O acervo do Nanport, portanto, inicia-se na constituição do PPGAS, em 1968, crescendo ao longo dos anos 70, 80 e 90, com o material de sucessivas pesquisas, coletivas ou individuais, sobre campesinato, trabalhadores rurais e operários de origem rural, bem como sobre suas formas de organização social, sindical e política e suas manifestações culturais. Desdobrando as iniciativas

das atividades desenvolvidas em torno do projeto Memória Camponesa e da Cultura Popular e do filme Tecido Memória, trata-se, neste projeto, de viabilizar a organização e a disponibilização de documentos acumulados em quatro décadas de pesquisa. Este acervo envolve o trabalho de vários pesquisadores que passaram pelo PPGAS-Museu e hoje estão em outras instituições.

Essas são considerações, remetendo para o trabalho futuro, de uma experiência inicial de construção de arquivos de documentos de pesquisa etnográfica e historiográfica recentemente estimulada pelo interesse crescente manifestado pelos grupos pesquisados pela participação na construção de sua memória, e por sua divulgação no contexto de uma disputa implícita pela memória social transmitida.

9. Atividades Didáticas e Administrativas

Dentre as minhas atividades didáticas dei cursos sobre Antropologia Econômica, Antropologia da Classe Operária, Antropologia do Trabalho, Sobre a Cultura Popular, Estrutura Social do Brasil, TA1, Formas de Dominação e de Regulação Social, Antropologia Urbana, Antropologia do Esporte, Antropologia do Meio Ambiente e Antropologia Visual. Dei cursos também na UFPE, no seu programa de Sociologia. Tive experiências didáticas na Sociologia das Universidades de Paris-VIII-Saint Denis e em Lyon, na França, em 1989 e 1990.

Dentre as minhas atividades administrativas, fui coordenador do PPGAS (1986-1988) e chefe de

Departamento de Antropologia (1990-1992 e 2000-2002). Fui membro de sub-coordenações e do CEPG-UFRJ. Fui secretário adjunto da ANPOCS entre 1990 e 1992 e membro do seu conselho científico entre 1992 e 1994. Fui do conselho científico da ABA entre 2004 e 2006.

Algumas de minhas atividades seriam hoje consideradas de extensão, mas no passado não fui anotando no CV, como as mencionadas participações na Pastoral Operária de Nova Iguaçu ou no DIEESE-Rio nos anos 70. Fui também representante do Museu Nacional na ADUFRJ no início dos anos 80, junto com a colega Vera Huszar (e com Lygia Sigaud na vice-presidência da Associação).

Referencias bibliográficas citadas por nome de autor e ano (as outras, que são maioria, estão com a citação completa no texto, geralmente em nota de pé de página)

Boltanski, L. 2008, *Rendre la réalité inacceptable*. Paris: Domopolis.

Garcia Jr., A. e Heredia, B., 1971; "Trabalho familiar e campesinato", América Latina.

Garcia Jr., A. , 1978; *Terra de Trabalho, Paz e Terra*.
Heredia, B., *A Morada da Vida, Paz e Terra*.

Leite Lopes, J.S., 1991, "Lectures savantes d'un syndicalisme paradoxal; la formation de la classe ouvrière brésilienne et le syndicat 'officiel'", *Genèses*, nº 3, mars 1991, p. 73-96.

Moacir Palmeira et alii, "Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste", *Anuário Antropológico/76*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 201-238, 1978.

Ringuelet, R., 1977, "Los migrantes estacionales em El Nordeste de Brasil"; dissertação de mestrado, PPGAS-MN-UFRJ.

Sigaud, L.,1978. "A nação dos homens". Anuário Antropológico, 78:13-116.

Sigaud, L.,2008a. "A collective ethnographer: fieldwork experience in the Brazilian

Northeast". Information sur les Sciences Sociales, 47:71-97.

Velho, G., 1992, Memorial de Concurso para Titular, Departamento de Antropologia, Museu Nacional.